Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 4

Demonstração do Resultado Abrangente 5

Demonstração do Fluxo de Caixa 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013 7

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012 8

Demonstração do Valor Adicionado 9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 10

Balanço Patrimonial Passivo 11

Demonstração do Resultado 12

Demonstração do Resultado Abrangente 13

Demonstração do Fluxo de Caixa 14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013 15

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012 16

Demonstração do Valor Adicionado 17

Comentário do Desempenho 18

Notas Explicativas 24

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 81

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 83

Motivos de Reapresentação 84

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	43.527
Preferenciais	0
Total	43.527
Em Tesouraria	
Ordinárias	284
Preferenciais	0
Total	284

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	1.549.857	1.711.303
1.01	Ativo Circulante	1.218.007	1.366.842
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	94.534	286.877
1.01.03	Contas a Receber	823.179	788.407
1.01.03.01	Clientes	823.179	788.407
1.01.03.01.01	Contas a Receber	823.179	788.407
1.01.07	Despesas Antecipadas	85.920	95.716
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	214.374	195.842
1.01.08.03	Outros	214.374	195.842
1.01.08.03.01	Instrumentos derivativos	6	0
1.01.08.03.02	Adiantamento a fornecedores	192.997	181.827
1.01.08.03.03	Outras contas a receber	21.371	14.015
1.02	Ativo Não Circulante	331.850	344.461
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	205.056	218.139
1.02.01.06	Tributos Diferidos	196.325	209.079
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	6.309	6.664
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	6.309	6.664
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.422	2.396
1.02.02	Investimentos	0	710
1.02.03	Imobilizado	11.950	12.833
1.02.04	Intangível	114.844	112.779

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	1.549.857	1.711.303
2.01	Passivo Circulante	1.065.404	1.251.152
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	16.661	21.184
2.01.02	Fornecedores	242.682	270.028
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.288	7.893
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.288	7.893
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.288	7.893
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	61	121
2.01.05	Outras Obrigações	801.712	951.926
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	50.287	54.526
2.01.05.02	Outros	751.425	897.400
2.01.05.02.04	Instrumentos Derivativos	0	228
2.01.05.02.05	Venda antecipada de pacotes turísticos	664.457	794.899
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	86.968	102.273
2.02	Passivo Não Circulante	240.522	249.519
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	53	79
2.02.02	Outras Obrigações	228.333	238.537
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	228.333	238.537
2.02.04	Provisões	12.136	10.903
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	11.377	10.903
2.02.04.01.05	Provisão para demandas judiciais e administrativas	11.377	10.903
2.02.04.02	Outras Provisões	759	0
2.02.04.02.04	Provisão para perda com investimento	759	0
2.03	Patrimônio Líquido	243.931	210.632
2.03.01	Capital Social Realizado	56.257	56.257
2.03.02	Reservas de Capital	201.487	204.248
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-19.134	-17.652
2.03.02.07	Reserva de pagamentos baseados em ações	35.322	36.601
2.03.02.08	Reserva de ágio	185.299	185.299
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-13.561	-49.578
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-252	-295

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	153.290	173.821
3.03	Resultado Bruto	153.290	173.821
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-76.800	-73.503
3.04.01	Despesas com Vendas	-32.314	-31.963
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-35.279	-37.942
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-7.738	-4.079
3.04.05.01	Depreciação e Amortização	-5.266	-1.884
3.04.05.02	Outras Despesas Operacionais	-2.472	-2.195
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.469	481
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	76.490	100.318
3.06	Resultado Financeiro	-22.536	-27.556
3.06.01	Receitas Financeiras	3.196	4.698
3.06.02	Despesas Financeiras	-25.732	-32.254
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	53.954	72.762
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-17.937	-26.730
3.08.01	Corrente	-5.204	-20.576
3.08.02	Diferido	-12.733	-6.154
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	36.017	46.032
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	36.017	46.032
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	830,00000	1.060,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	800,00000	1.030,00000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	36.017	46.032
4.02	Outros Resultados Abrangentes	43	-143
4.02.01	Ganho (perda) sobre Hedge	65	-217
4.02.02	Efeito de Imposto de Renda	-22	74
4.03	Resultado Abrangente do Período	36.060	45.889

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-163.215	-105.624
6.01.01	Lucro líquido do período	36.017	46.032
6.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	12.733	6.154
6.01.03	Depreciação e Amortização	5.266	1.884
6.01.04	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	390	359
6.01.05	Provisão para demandas judiciais e administrativas	2.296	1.907
6.01.06	Despesas com pagamentos baseados em ações	-2.761	6.194
6.01.07	Juros e variação monetária	4.694	6.907
6.01.08	Equivalência patrimonial	1.469	-481
6.01.09	Outras Provisões	244	0
6.01.10	Contas a receber	-35.162	-14.504
6.01.11	Adiantamentos a fornecedores	-11.299	15.154
6.01.12	Despesas antecipadas	9.796	24.216
6.01.13	Outras contas a receber	-7.033	-3.240
6.01.14	Fornecedores	-27.346	-12.171
6.01.15	Contas a pagar - partes relacionadas	-2.647	-3.899
6.01.16	Venda antecipada de pacotes turísticos	-130.442	-166.495
6.01.17	Salários e encargos sociais	-4.523	-2.092
6.01.18	Impostos a recolher	-3.604	-15.014
6.01.19	Contas a pagar terceiros e outras	-11.303	3.465
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-13.984	-4.522
6.02.01	Ativo imobilizado	-219	-1.187
6.02.02	Ativo Intangível	-13.765	-3.335
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-15.330	-18.329
6.03.01	Pagamento de dívida com acionistas	-11.000	-11.000
6.03.02	Juros pagos	-4.330	-7.329
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	186	-143
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-192.343	-128.618
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	286.877	276.038
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	94.534	147.420

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	56.257	204.248	0	-49.578	-295	210.632
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	56.257	204.248	0	-49.578	-295	210.632
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-2.761	0	0	0	-2.761
5.04.08	Outorga de ações restritas	0	82	0	0	0	82
5.04.09	Reversão de opções restritas	0	-617	0	0	0	-617
5.04.10	Outorga de opções	0	7.294	0	0	0	7.294
5.04.11	Reversão de outorga de opções	0	-9.520	0	0	0	-9.520
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	36.017	43	36.060
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	36.017	0	36.017
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	43	43
5.07	Saldos Finais	56.257	201.487	0	-13.561	-252	243.931

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	29.786	207.845	0	-69.690	2.354	170.295
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	29.786	207.845	0	-69.690	2.354	170.295
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	6.194	0	0	0	6.194
5.04.08	Outorga de ações restritas	0	123	0	0	0	123
5.04.09	Outorga de opções	0	6.071	0	0	0	6.071
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	46.032	-143	45.889
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	46.032	0	46.032
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-143	-143
5.07	Saldos Finais	29.786	214.039	0	-23.658	2.211	222.378

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	162.825	184.204
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	163.215	184.563
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-390	-359
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-40.388	-31.527
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-38.092	-29.252
7.02.04	Outros	-2.296	-2.275
7.02.04.01	Processis Judiciais e administrativos	-2.296	-2.275
7.03	Valor Adicionado Bruto	122.437	152.677
7.04	Retenções	-5.266	-1.884
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.266	-1.884
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	117.171	150.793
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.727	5.185
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.469	481
7.06.02	Receitas Financeiras	3.196	4.704
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	118.898	155.978
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	118.898	155.978
7.08.01	Pessoal	14.308	24.111
7.08.01.01	Remuneração Direta	14.496	15.478
7.08.01.02	Benefícios	1.506	1.397
7.08.01.04	Outros	-1.694	7.236
7.08.01.04.01	Plano de ações	-2.761	6.194
7.08.01.04.02	Encargos Sociais	1.067	1.042
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	30.853	41.310
7.08.02.01	Federais	27.406	37.703
7.08.02.03	Municipais	3.447	3.607
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	37.720	44.525
7.08.03.01	Juros	25.360	31.844
7.08.03.03	Outras	12.360	12.681
7.08.03.03.01	Taxa de cartão de crédito	11.301	11.538
7.08.03.03.02	Outras	1.059	1.143
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	36.017	46.032
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	36.017	46.032

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	1.557.461	1.720.046
1.01	Ativo Circulante	1.221.747	1.373.903
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	94.753	287.000
1.01.03	Contas a Receber	823.179	788.407
1.01.03.01	Clientes	823.179	788.407
1.01.03.01.01	Contas a Receber	823.179	788.407
1.01.07	Despesas Antecipadas	86.320	98.806
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	217.495	199.690
1.01.08.03	Outros	217.495	199.690
1.01.08.03.01	Instrumentos derivativos	6	0
1.01.08.03.02	Adiantamento a fornecedores	193.008	181.839
1.01.08.03.03	Outras contas a receber	24.481	17.851
1.02	Ativo Não Circulante	335.714	346.143
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	205.210	216.647
1.02.01.06	Tributos Diferidos	200.139	212.135
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	200.139	212.135
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	2.502	2.110
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	2.502	2.110
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.569	2.402
1.02.03	Imobilizado	14.239	15.524
1.02.04	Intangível	116.265	113.972

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	1.557.461	1.720.046
2.01	Passivo Circulante	1.073.767	1.259.895
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	21.058	26.199
2.01.02	Fornecedores	242.828	270.492
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.624	8.037
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.624	8.037
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.624	8.037
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	61	138
2.01.05	Outras Obrigações	805.196	955.029
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	50.287	54.526
2.01.05.02	Outros	754.909	900.503
2.01.05.02.04	Venda antecipada de Pacotes Turísticos	665.209	797.202
2.01.05.02.05	Instrumentos Derivativos	0	228
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	89.700	103.073
2.02	Passivo Não Circulante	239.763	249.519
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	53	79
2.02.02	Outras Obrigações	228.333	238.537
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	228.333	238.537
2.02.04	Provisões	11.377	10.903
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	11.377	10.903
2.02.04.01.05	Provisão para demandas judiciais e administrativas	11.377	10.903
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	243.931	210.632
2.03.01	Capital Social Realizado	56.257	56.257
2.03.02	Reservas de Capital	201.487	204.248
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-19.134	-17.652
2.03.02.07	Reserva de pagamentos baseados em ações	35.322	36.601
2.03.02.08	Reserva de ágio	185.299	185.299
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-13.561	-49.578
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-252	-295

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	163.937	185.680
3.03	Resultado Bruto	163.937	185.680
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-88.207	-85.088
3.04.01	Despesas com Vendas	-32.354	-32.010
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-47.871	-48.855
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-5.494	-2.044
3.04.04.01	Depreciação e amortização	-5.494	-2.044
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.488	-2.179
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	75.730	100.592
3.06	Resultado Financeiro	-22.536	-27.591
3.06.01	Receitas Financeiras	3.210	4.753
3.06.02	Despesas Financeiras	-25.746	-32.344
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	53.194	73.001
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-17.177	-26.969
3.08.01	Corrente	-5.202	-20.596
3.08.02	Diferido	-11.975	-6.373
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	36.017	46.032
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	36.017	46.032
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	36.017	46.032
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	830,00000	1.060,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	800,00000	1.030,00000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	36.017	46.032
4.02	Outros Resultados Abrangentes	43	-143
4.02.01	Ganho (perda) sobre hedge	65	-217
4.02.02	Efeito de imposto de renda	-22	74
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	36.060	45.889
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	36.060	45.889

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-163.048	-105.603
6.01.01	Lucro Líquido do período	36.017	46.032
6.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.975	6.373
6.01.03	Depreciação e Amortização	5.494	2.044
6.01.04	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	390	359
6.01.05	Provisão para demandas judiciais e administrativas	2.296	1.907
6.01.06	Despesas com pagamentos baseados em ações	-2.761	6.194
6.01.07	Juros e variação monetária	4.694	6.907
6.01.09	Outras Provisões	244	0
6.01.10	Contas a Receber	-35.162	-14.504
6.01.11	Adiantamento a fornecedores	-11.298	15.209
6.01.12	Despesas Antecipadas	12.486	24.216
6.01.13	Outras Contas a receber	-7.201	-3.013
6.01.14	Fornecedores	-27.664	-11.735
6.01.15	Contas a pagar - partes relacionadas	-4.116	-4.578
6.01.16	Venda antecipada de pacotes turísticos	-131.993	-166.495
6.01.17	Salários e Encargos Sociais	-5.141	-2.437
6.01.18	Impostos a recolher	-3.413	-15.798
6.01.19	Contas a pagar terceiros e outras	-7.895	3.716
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-14.038	-4.523
6.02.01	Ativo imobilizado	-273	-1.349
6.02.02	Ativo intangível	-13.765	-3.174
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-15.347	-18.342
6.03.01	Pagamento de dívida com acionistas	-11.000	-11.000
6.03.02	Juros pagos	-4.347	-7.342
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	186	-143
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-192.247	-128.611
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	287.000	276.247
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	94.753	147.636

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	56.257	204.248	0	-49.578	-295	210.632	0	210.632
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	56.257	204.248	0	-49.578	-295	210.632	0	210.632
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-2.761	0	0	0	-2.761	0	-2.761
5.04.08	Outorga de ações restritas	0	82	0	0	0	82	0	82
5.04.09	Reversão de opções restritas	0	-617	0	0	0	-617	0	-617
5.04.10	Outorga de opções	0	7.294	0	0	0	7.294	0	7.294
5.04.11	Reversão de outorga de opções	0	-9.520	0	0	0	-9.520	0	-9.520
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	36.017	43	36.060	0	36.060
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	36.017	0	36.017	0	36.017
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	43	43	0	43
5.07	Saldos Finais	56.257	201.487	0	-13.561	-252	243.931	0	243.931

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	29.786	207.845	0	-69.690	2.354	170.295	0	170.295
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	29.786	207.845	0	-69.690	2.354	170.295	0	170.295
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	6.194	0	0	0	6.194	0	6.194
5.04.08	Outorga de ações restritas	0	123	0	0	0	123	0	123
5.04.09	Outorga de opções	0	6.071	0	0	0	6.071	0	6.071
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	46.032	-143	45.889	0	45.889
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	46.032	0	46.032	0	46.032
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-143	-143	0	-143
5.07	Saldos Finais	29.786	214.039	0	-23.658	2.211	222.378	0	222.378

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	174.330	197.054
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	174.720	197.413
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-390	-359
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-41.389	-32.489
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-39.093	-30.214
7.02.04	Outros	-2.296	-2.275
7.02.04.01	Processos Judiciais e administrativos	-2.296	-2.275
7.03	Valor Adicionado Bruto	132.941	164.565
7.04	Retenções	-5.494	-2.044
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.494	-2.044
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	127.447	162.521
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.210	4.753
7.06.02	Receitas Financeiras	3.210	4.753
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	130.657	167.274
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	130.657	167.274
7.08.01	Pessoal	22.153	31.115
7.08.01.01	Remuneração Direta	20.912	21.131
7.08.01.02	Benefícios	2.508	2.340
7.08.01.04	Outros	-1.267	7.644
7.08.01.04.01	Plano de ações	-2.761	6.194
7.08.01.04.02	Encargos sociais	1.494	1.450
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	32.792	43.803
7.08.02.01	Federais	28.889	39.663
7.08.02.03	Municipais	3.903	4.140
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	39.695	46.324
7.08.03.01	Juros	25.375	31.973
7.08.03.03	Outras	14.320	14.351
7.08.03.03.01	Taxas de cartão de crédito	11.301	11.538
7.08.03.03.02	Outras	3.019	2.813
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	36.017	46.032
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	36.017	46.032

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

A CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A., ("CVC" ou "Companhia") apresenta a seguir seu Relatório da Administração e as informações contábeis intermediárias do período de três meses findo em 31 de março de 2013, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações contábeis intermediárias e as respectivas notas explicativas. Este Relatório da Administração foi elaborado com base nas informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia.

A Administração

1. Mensagem da Administração

É com satisfação que apresentamos aos nossos acionistas as informações contábeis intermediárias referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2013.

Acreditamos que a CVC possui um posicionamento único para capturar a crescente demanda por viagens de lazer da população brasileira. Para tanto, contamos com uma ampla rede de distribuição composta por 733 lojas exclusivas e mais de 7.000 agentes multimarca, bem com o nosso website **www.cvc.com.br**, um dos mais acessados no Brasil na categoria agências de turismo. Oferecemos um amplo portfólio de produtos que contempla mais de 1.000 destinos no Brasil e no exterior, comercializados com preços competitivos e condições comerciais flexíveis, além da experiência de mais de 40 anos em viagens assistidas e relacionamento de longo prazo com os principais fornecedores da cadeia de turismo, como hotéis e companhias aéreas. Estas fortalezas estratégicas, aliadas à força da nossa marca e ao talento dos nossos colaboradores, bem como à experiência dos nossos acionistas, contribuem para tornar a CVC a maior operadora de turismo do Brasil.

Agradecemos a todos nossos colaboradores, parceiros, consumidores e acionistas, pela confiança depositada na CVC. Juntos, continuaremos a desenvolver a indústria do turismo no Brasil, sempre pautados por respeito, compromisso e qualidade, objetivando propiciar experiências inesquecíveis aos nossos clientes.

Comentário do Desempenho

2. Descrição dos Negócios

A CVC, em conjunto com sua subsidiária CVC Serviços Agência de Viagens Ltda. ("CVC Serviços"), têm como atividade principal a prestação de serviços de turismo, compreendendo o desenvolvimento e intermediação de pacotes turísticos, incluindo passagens aéreas, transporte terrestre, hotéis, cruzeiros marítimos, entre outros. Em 31.03.2013 a CVC possuía 33 lojas próprias (através da CVC Serviços), 700 agências de viagem com a marca CVC e mais de 7.000 agentes de viagens registrados em todo o país.

A Companhia oferece a seus clientes pacotes turísticos nacionais e internacionais, pré-definidos ou customizados, por meio da maior rede de distribuição de turismo do Brasil. Atualmente, a CVC atua em três principais linhas de negócio: (i) Doméstico, com pacotes turísticos padronizados ou customizados em vôos comerciais regulares e/ou fretados para todas as regiões do Brasil, incluindo passagens aéreas, transporte terrestre e hospedagem, além de serviços de suporte aos nossos clientes em todo o Brasil e de guias turísticos especializados, entre outros; (ii) Internacional, com pacotes turísticos padronizados ou customizados para vários países nos cinco continentes, incluindo passagens aéreas, transporte terrestre e hospedagem, além de serviços de suporte aos nossos clientes no exterior, incluindo guias brasileiros ou fluentes em português, dependendo do pacote comercializado; e (iii) Cruzeiros Marítimos, com pacotes turísticos em cruzeiros realizados no Brasil e no exterior, por meio de parceira com as principais Companhias Marítimas.

Comentário do Desempenho

3. Desempenho operacional e financeiro

Receita bruta de vendas

A nossa receita bruta de vendas diminuiu -11,5% no período, passando de R$197,4milhões no trimestre findo em 31 de março de 2012 para R$174,7 milhões no trimestre em 31 de março de 2013

	Período encerrado em 31 de março de				
Linhas de negócios	**2012**	**%**	**2013**	**%**	**2011/2012 Var (%)**
	(em milhões de R$, exceto percentual)				
Doméstico	138,5	70,1%	125,0	71,6%	-9,7%
Internacional	45,1	22,9%	39,4	22,5%	-12,6%
Cruzeiros marítimos	12,6	6,4%	9,3	5,3%	-26,2%
Outros	1,2	0,6%	1,0	0,6%	-16,7%
Receita bruta de vendas	**197,4**	**100,0%**	**174,7**	**100,0%**	**-11,5%**

Doméstico. Nossa receita bruta de venda diminuiu 9,7%, passando de R$138,5 milhões no período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2012, para R$125,0 milhões no período de três meses encerrados em 31 de março de 2013.

Internacional. Nossa receita bruta de venda diminuiu 12,6%, passando de R$45,1 milhões no período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2012, para R$39,4 milhões no período de três meses encerrados em 31 de março de 2013.

Cruzeiros Marítimos. Nossa receita bruta de venda diminuiu 26,2%, passando de R$12,6 milhões no período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2012, para R$9,3 milhões no período de três meses encerrados em 31 de março de 2013.

Impostos e deduções da receita de vendas

Os impostos e deduções da receita de vendas diminuíram 8,1% ou R$0,9 milhão, passando de R$11,7 milhões no período de três meses encerrados em 31 de março de 2012, para R$10,8 no período de três meses encerrados em 31 de março de 2013.

Receita líquida de vendas

Em decorrência dos fatos citados anteriormente, a nossa receita líquida de vendas diminuiu 11,7% ou R$21,7 milhões, passando de R$185,8 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012, para R$163,9 milhões no período de três meses encerrados em 31 de março de 2013.

Comentário do Desempenho

Despesas de vendas

Nossas despesas de vendas aumentaram 1,1% no período de três meses encerrados em 31 de março de 2013, quando comparadas com o mesmo período do ano anterior, passando de R$32,0 milhões no período de seis meses encerrados em 31 de março de 2012 para R$32,4 milhões no período de três meses encerrados em 31 de março de 2013.

Despesas gerais e administrativas

Nossas despesas gerais e administrativas diminuíram 2,0%no período de três meses encerrados em 31 de março de 2013, quando comparadas com o mesmo período do ano anterior, passando R$48,9 milhões no período de três meses encerrados em 31 de março de 2012 para R$47,9 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013.

Depreciação e amortização

Nossas despesas com depreciação e amortização aumentaram 168,8% no primeiro trimestre de 2013 quando comparadas com o ano anterior, passando de R$2,0 para R$5,5. Tal variação deveu-se a adição de ativo imobilizado e ativo intangível amortizável (*software* e exclusividade de longo prazo dos contratos de franquia).

Outras despesas operacionais líquidas

Nossas outras despesas operacionais líquidas aumentaram 14,2% no período de três meses encerrados em 31 de março de 2013, quando comparadas com o mesmo período do ano anterior, correspondente a um decréscimo de R$0,3 milhão.

Lucro antes do resultado financeiro

Em consequência dos fatores citados anteriormente, o lucro antes do resultado financeiro diminuiu 32,8%, ou R$24,9 milhões, passando de R$100,6 milhões no período de três meses encerrados em 31 de março de 2012 para R$75,7 milhões no período de seis meses encerrados em 31 e março de 2013.

Resultado Financeiro

Nosso resultado financeiro líquido no primeiro trimestre de 2013 foi uma despesa líquida de R$22,5 milhões, representando uma queda de 18,3% em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Comentário do Desempenho

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Pelas razões acima expostas, nosso lucro antes do imposto de renda e da contribuição social diminuiu 27,1% no primeiro trimestre de 2013, atingindo R$53,2 no período. Nosso lucro antes do imposto de renda e da contribuição social do exercício social encerrado representou 32,4% da receita líquida de vendas, uma redução de 6,9 pontos percentuais em relação ao exercício anterior.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social diminuiu 36,3% no três primeiros meses de 2013, atingindo R$17,2 milhões. A despesa com imposto de renda e contribuição social no período representou 10,5% da receita líquida de vendas, uma redução de 4,0 pontos percentuais em relação ao exercício anterior.

Lucro líquido do exercício

Pelas razões acima, nosso lucro líquido foi de R$36,0 milhões no período, representando uma queda de 21,8% em relação ao primeiro trimestre de 2012.

O lucro líquido do período representou 22,0% da receita líquida de vendas, uma redução de 2.8 pontos percentuais em relação ao exercício anterior.

4. Endividamento

Em 31 de março de 2013, o nosso patrimônio líquido totalizou R$243,9 milhões, enquanto o nosso endividamento líquido totalizou R$178,0 milhões. A tabela abaixo apresenta nossa estrutura de capital em 31 de março de 2013:

(R$ milhões)	
Empréstimos e financiamentos	0,1
Contas a pagar ao FIP GJP	272,6
Caixa e equivalentes de caixa	(94,7)
Caixa líquido[(1)]	178,0
Patrimônio líquido	243,9
Patrimônio líquido e caixa líquido	421,9

(1) O caixa líquido, ou o endividamento líquido negativo, corresponde aos empréstimos e financiamentos circulantes e não circulante somado ao saldo de contas a pagar ao FIP GJP e subtraído o saldo de caixa e equivalentes de caixa. O caixa líquido, ou o endividamento líquido negativo não é uma medida de desempenho financeiro segundo o IFRS ou o BRGAAP e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular o seu endividamento líquido de forma distinta.

Comentário do Desempenho

5. Fluxo de Caixa

A tabela abaixo apresenta os valores relativos aos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de março de 2012 e 2013, respectivamente:

	Exercício social findo em 31 de março de	
Fluxos de caixa	**2012**	**2013**
	(em milhões de R$)	
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais	(105,6)	(163,0)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(4,6)	(14,0)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(18,3)	(15,3)
Efeito do hedge no fluxo de caixa	(0,1)	0,1
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(128,6)	(192,2)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	276,2	287,0
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	147,6	94,8

6. Gestão de Pessoas

O negócio da CVC é orientado segundo princípios de meritocracia, com gestão de pessoas tratada como um assunto estratégico para o nosso modelo de negócio. Essa filosofia é disseminada por todas as estruturas de governança da CVC. A Companhia criou um Programa de premiação baseada em resultados que engloba 100% dos funcionários, visando acelerar a assimilação da cultura de resultados em nosso DNA da Companhia. Além disso, como forma de contribuir para a educação profissional e a oferta de serviços de qualidade, a CVC organiza um Programa de Formação de Agentes de Viagem, que visa capacitar e desenvolver profissionais da área de vendas e agenciamento de viagens.

Em 31 de março de 2013 a Companhia contava com 1.131 colaboradores

1. Informações gerais

A CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. (“CVC” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima, de capital fechado, com sede em Santo André, Estado de São Paulo. As operações da CVC são realizadas em conjunto com sua subsidiária CVC Serviços Agência de Viagens Ltda. (“CVC Serviços”). A Companhia foi criada em 25 de março de 2009, iniciando suas operações em 1º. de dezembro de 2009.

A CVC e sua subsidiária têm como atividade principal a prestação de serviços de turismo, compreendendo a intermediação, individualmente ou na forma agregada (pacotes turísticos), de passagens aéreas, transporte terrestre, reservas de hotéis, passagens de cruzeiros marítimos, entre outros. Em 31 de março de 2013, a CVC possuia 33 lojas próprias (através da CVC Serviços), 700 agências de viagem exclusivas CVC e mais de 7.000 agentes de viagens registrados em todo o país. A CVC também possui acordos com representantes locais para vender a prestação de serviços com a marca CVC na Argentina e no Uruguai.

Os serviços turísticos intermediados pela CVC são substancialmente oferecidos diretamente aos clientes por meio de prestadores de serviços independentes com base em termos e condições acordadas entre a CVC e os seus clientes. O modelo estruturado de negócio atende as premissas da Lei Geral do Turismo (Lei 11.771/08).

Em 23 de dezembro de 2009, o Grupo Carlyle (“Carlyle”), uma companhia de *private equity* com sede em Washington, por meio da sociedade de propósito específico CBTC Participações S.A., adquiriu 63,6% das ações da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A., companhia constituída através da cessão de ativos e passivos da Operadora e Agência de Viagens CVC Tur Ltda. (“CVC Tur”) relacionados às atividades de turismo realizadas pela CVC Tur e outras 8 (oito) entidades.

A emissão dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 06 de setembro de 2013.

Notas Explicativas

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão definidas abaixo. As políticas contábeis não sofreram alterações desde 31 de dezembro de 2012.

2.1. Base de preparação

A preparação de informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as informações trimestrais intermediárias individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

a) Informações contábeis intermediárias consolidadas

As informações contábeis intermediárias consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As informações contábeis intermediárias consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as normas internacionais de relatório financeiro, International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board.

b) Informações contábeis intermediárias individuais

As informações contábeis intermediárias individuais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e estão sendo apresentadas juntas com as informações contábeis intermediárias consolidadas.

2.2. Consolidação

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações contábeis intermediárias da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e de sua subsidiária integral CVC Serviços Agência de Viagens Ltda.

Notas Explicativas

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Consolidação--Continuação

Subsidiárias são todas as entidades em que uma Companhia tem poder para governar as políticas financeiras e operacionais e detém, de modo geral, ações que representam mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos potenciais direitos de voto atualmente exercíveis ou conversíveis são levados em consideração para determinar se uma Companhia controla ou não outra entidade. Uma subsidiária é consolidada integralmente a partir da data de aquisição, que corresponde à data em que uma companhia obtém o controle, e excluída da consolidação a partir da data em que esse controle é perdido.

As informações contábeis intermediárias individuais da subsidiária CVC Serviços foram elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre a Companhia e a CVC Serviços, receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados e eventuais dividendos são integralmente eliminados nas informações contábeis intermediárias consolidadas.

Nas informações contábeis individuais da Companhia, o investimento na subsidiária CVC Serviços está avaliado pelo método de equivalência patrimonial. Não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado individual e consolidado e em suas informações contábeis intermediárias.

2.3. Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia.

Notas Explicativas

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Conversão de moeda estrangeira--Continuação

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado do período como receita ou despesa financeira.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos de caixa em bancos e aplicações financeiras com vencimento em até três meses da data de aplicação e com um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras incluídas e equivalentes de caixa são classificadas como ativos financeiros com valor justo por meio do resultado.

2.5. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia ou susbsidiária se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado, em que tais custos são diretamente lançados no resultado do período. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

2.5.1. Ativos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

b) *Mensuração subsequente*

Os ativos são classificados em uma das categorias a seguir, conforme a finalidade para a qual foram adquiridos ou emitidos:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

A Companhia, quando aplicável, avalia seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado quando existir o objetivo e condição de negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Notas Explicativas

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

2.5.1. Ativos financeiros--Continuação

b) *Mensuração subsequente*--Continuação

Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São classificados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem principalmente "Contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, adiantamentos a fornecedores e outras contas a receber".

c) *Desreconhecimento de ativos financeiros*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado e reconhecido o impacto financeiro no balanço quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo.

d) *Impairment de ativos financeiros*

A Companhia avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado (impaired) se há evidência objetiva de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") que possam impactar os fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros.

Notas Explicativas

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

2.5.1. Ativos financeiros--Continuação

d) *Impairment de ativos financeiros*--Continuação

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

(i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;

(ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

(iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;

(iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;

(v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;

(vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

Notas Explicativas

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

2.5.1. Ativos financeiros--Continuação

d) *Impairment de ativos financeiros*--Continuação

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. A Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente deve ser reconhecida na demonstração do resultado.

2.5.2. Passivos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros mensurado pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos ou financiamentos ou derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, quando aplicável. A Companhia define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, somados aos custos da operação diretamente atribuíveis, conforme o caso.

Notas Explicativas

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

2.5.2. Passivos financeiros--Continuação

b) *Mensuração subsequente*

- Empréstimos e financiamentos: após o reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos remunerados são posteriormente mensurados pelo custo amortizado adotando-se o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos e financiamentos da Companhia incluem principalmente os arrendamentos financeiros e as obrigações com o Fundo de Investimento GJP registradas em contas a pagar – partes relacionadas, relacionadas à aquisição das ações da Companhia.

c) *Desreconhecimento de passivos financeiros*

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada a tal passivo é liquidada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou quando os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado.

2.5.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas Explicativas

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

2.5.4. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos visando minimizar os riscos decorrentes da exposição em moeda estrangeira, representada por pagamentos futuros a serem realizados em moeda estrangeira para fornecedores estrangeiros ou indexados em moeda estrangeira para fornecedores nacionais.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o periodo são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido classificado como outros resultados abrangentes.

Quando a estratégia documentada da gestão de risco da Companhia para uma relação de hedge em particular excluir da avaliação da eficácia de hedge um componente específico do ganho ou perda ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de hedge, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido imediatamente no resultado financeiro.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de hedge afetar o resultado.

Notas Explicativas

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

2.5.4. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge--Continuação

Se a ocorrência da transação prevista ou compromisso firme não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado. Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como hedge for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido classificado como outros resultados abrangentes.

A Companhia utiliza depósitos em conta corrente em moeda estrangeira e contratos de câmbio a termo para oferecer proteção contra a sua exposição ao risco cambial relacionada a transações previstas futuras altamente prováveis e a compromissos firmes. Vide Nota 4.4 para mais detalhes.

2.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são normalmente reconhecidas ao valor total da transação e ajustado pela provisão para crédito de liquidação duvidosa, se necessária. A provisão é substancialmente baseada em recebíveis vencidos, além de contas específicas a receber consideradas não cobráveis.

2.7. Adiantamentos a fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores consistem basicamente de pagamentos antecipados a hotéis, companhias aéreas, entre outros, incluindo pagamentos de passagens já vendidas e não embarcadas.

2.8. Ativo intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são contabilizados pelo custo, deduzidas a amortização acumulada e as eventuais perdas por não recuperação acumuladas.

Notas Explicativas

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Ativo intangível--Continuação

2.8.1. Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para aquisição ou aqueles necessários para que estejam em condições de uso.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- O software pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Notas Explicativas

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Ativo intangível--Continuação

2.8.2. Pagamento pela conversão de franquias

O pagamento pela conversão em franquias é referente aos valores pagos aos franqueados com o objetivo de garantir o direito de exclusividade em firmar contratos de franquia com a marca CVC.

2.8.3. Sítio virtual (*Website*)

Inclui os gastos com a aquisição do direito de venda através de loja virtual que pertencia aos agentes exclusivos e gastos com desenvolvimento do sítio virtual (website).

2.8.4. Vida útil

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear com base na vida útil definida ou de acordo com o prazo em que os benefícios econômicos são gerados, sendo dos dois o menor. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento de cada exercício e testes de avaliação da recuperação são efetuados quando há indícios de que o ativo intangível possa não ser recuperável. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças das premissas contábeis. As despesas de amortização com ativos intangíveis de vida útil definida são reconhecidas na demonstração do resultado do período, na categoria correspondente à função do ativo intangível.

A amortização do intangível é calculada com base:

	Anos
Software e website	5 anos
Pagamentos pela conversão de franquias	até 10 anos

Notas Explicativas

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.9. Ativo imobilizado

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, líquido da provisão para redução do valor recuperável. Quando componentes significativos de imobilizado são repostos, a Companhia registra tais componentes como itens individuais, com vidas úteis de taxas de depreciação específicas. As despesas de manutenção e reparo são levadas ao resultado quando incorridas.

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros	Até 10 anos ou tempo de validade do contrato
Equipamentos	Até 10 anos
Móveis e utensílios	Até 10 anos
Equipamentos de informática	Até 5 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado ao seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado.

As taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos bens o que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do seu valor justo.

2.10. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores referem-se principalmente a obrigações a pagar por serviços que foram intermediados junto aos fornecedores de serviços de turismo, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Notas Explicativas

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando:

(i) Existe uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados;

(ii) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e

(iii) O valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Notas Explicativas

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.13. Impostos e contribuições

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência.

O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de IRPJ e CSLL correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgados, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante, de acordo com a previsão de realização.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações contábeis intermediárias. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

Notas Explicativas

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.13. Impostos e contribuições--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos**--Continuação**

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

c) Impostos sobre as receitas

As receitas de serviços prestados estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas alíquotas básicas abaixo:

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – 3%
- Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) - 2% a 5%

Esses encargos são apresentados como deduções de receita bruta de vendas na demonstração do resultado.

2.14. Plano de fidelidade

Em setembro de 2012, a Companhia iniciou um projeto piloto de programa de fidelidade, que consiste principalmente no ganho de pontos pelos participantes para utilização em pacotes e viagens. De acordo com o regulamento do programa vigente, a cada R$1,00 gasto o participante terá direito a 1 ponto, e os pontos expiram em um prazo de 18 meses.

As obrigações assumidas decorrentes do Programa Fidelidade foram avaliadas ao valor justo líquido da estimativa de não utilização (breakage) e multiplicado pela quantidade de pontos existentes no encerramento de cada mês.

Notas Explicativas

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.14. Plano de fidelidade--Continuação

A obrigação está registrada na conta de “Plano de fidelidade – outras contas a pagar”, sendo reconhecida como receita no momento do embarque referente ao pacote adquirido com pontos do plano.

A Companhia calcula a estimativa de não utilização com base em dados históricos. Oportunidades futuras podem alterar significativamente o perfil dos clientes. Tais alterações podem resultar em mudanças significativas no saldo de receita diferida, assim como no reconhecimento da receita deste programa.

2.15. Remuneração com base em ações

Desde 01 de janeiro de 2010, a Companhia concede a seus principais executivos e administradores remuneração na forma de pagamento com base em ações. A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações a seus funcionários com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, eventos futuros, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 15.b. As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado (despesas gerais e administrativas) durante o período em que o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas) em contrapartida da reserva de pagamentos baseados em ações, no patrimônio líquido.

2.16. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido (Nota 15.a). Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Notas Explicativas

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.17. Ações em tesouraria

Ações em tesouraria são ações da Companhia adquiridas e mantidas em tesouraria (Nota 15.d). Ações em tesouraria são registradas em conta separada, e, para o propósito de apresentação e divulgação, são deduzidas do patrimônio líquido. Os efeitos de compra, venda, emissão ou cancelamento não são reconhecidos nas demonstrações de resultado.

2.18. Reconhecimento da receita

a) Receita bruta de vendas

A receita bruta de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços de elaboração e intermediação de pacotes turísticos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando os riscos são substancialmente transferidos, fatores que ocorrem no momento do embarque.

Os pacotes turísticos são vendidos pela CVC Serviços ou pelas agências de turismo autorizadas a vender pacotes turísticos. Os pacotes podem incluir passagens aéreas, transporte terrestre, reservas diárias, pacotes terrestres, e pacotes de cruzeiros marítimos, entre outros serviços, intermediados pela Companhia.

Os serviços turísticos são substancialmente prestados diretamente aos clientes por parceiros, dos quais a Companhia cobra uma porcentagem da renda ou recebe uma comissão pelo serviço de intermediação. A parcela cobrada ou a comissão recebida corresponde à receita reconhecida. A CVC Serviços contabiliza as comissões recebidas da CVC (entidade controladora) pela venda de pacotes turísticos preparados e administrados pela Companhia como receita própria, a qual é eliminada para fins de consolidação.

Notas Explicativas

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.18. Reconhecimento da receita--Continuação

a) Receita bruta de vendas**--Continuação**

Os pacotes turísticos intermediados são contabilizados como vendas antecipadas de pacotes turísticos, no passivo circulante, devido à obrigação de fornecer tais pacotes. A receita de prestação de serviços é reconhecida quando o passageiro efetua o embarque. Todos os gastos com serviços diretamente relacionados às viagens são reconhecidos em conjunto com a receita.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

2.19. Arrendamento mercantil

a) Arrendamento financeiro

Os arrendamentos mercantis, nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é parcialmente alocada, ao passivo e parcialmente aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos a longo prazo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os equipamentos adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados durante a respectiva vida útil.

Notas Explicativas

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.19. Arrendamento mercantil--Continuação

b) Arrendamento operacional--Continuação

Os arrendamentos mercantis são classificados como operacional quando não há transferência de risco e benefícios derivados da titularidade dos itens arrendados.

Os pagamentos das parcelas dos arrendamentos mercantis (com exceção dos custos dos serviços, tais como seguro e manutenção) classificados como contratos de arrendamentos mercantis operacionais são reconhecidos como despesas pelo método linear durante o prazo do contrato.

2.20. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

Conforme determinado pelo Acordo de Acionistas assinado em 01 de dezembro de 2009, cláusula 9.1 – Os acionistas se obrigam a aprovar a não distribuição de dividendos (incluindo dividendos obrigatórios), juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de distribuição, enquanto a Companhia possuir e não quitar integralmente a dívida com parte relacionada (Nota 17), ou até a ocorrência de uma Abertura Qualificada de Capital (IPO).

Quando da quitação da dívida ou da ocorrência de uma Abertura Qualificada de Capital (IPO), a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia será reconhecida como um passivo nas informações contábeis da Companhia ao final do exercício, sendo que qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente será provisionado quando aprovados pelos acionistas, em Assembléia Geral.

2.21. Seguros

A Companhia tem como política manter cobertura de seguros em montantes considerados suficientes pela Administração em face dos riscos que envolvem, entre outros, incêndios, danos materiais e responsabilidade civil. Além de uma apólice de seguro de vida para seus funcionários. As coberturas destas apólices estão em linha com a política de gestão de riscos da Companhia.

As despesas com prêmios de seguros são registradas como despesas antecipadas, e reconhecidas na demonstração do resultado, linearmente, no período de vigência das apólices.

Notas Explicativas

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.22. Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado. Lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações potenciais, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.23. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua controlada e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações contábeis intermediárias e como informação suplementar às informações contábeis intermediárias consolidadas em IFRS, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demontrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 9 – Demonstração do Valor Adicionado.

2.24. Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis, não limitadas às receitas, e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento.

A Companhia está organizada em um único segmento operacional de “Intermediação de Turismo” (Nota 19).

Notas Explicativas

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.25. Pronunciamentos do IFRS revisados

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das informações contábeis intermediárias. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normais quando as mesmas entrarem em vigor.

IAS 32 Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros – Revisões da IAS 32

Estas revisões explicam o significado de “atualmente tem o direito legal de compensação”. As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação da IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Estas revisões não deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia, com vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. Em análise preliminar este pronunciamento não causará impacto significativo para a Companhia.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração

A norma IFRS 9, conforme emitida, reflete a primeira fase dos trabalhos do IASB referentes à substituição da norma IAS 39 e aplica-se à classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros, tal como definido na IAS 39. A norma inicialmente vigorou para períodos anuais iniciados a partir de 1º de Janeiro de 2013, contudo, a norma Alterações à IFRS9 - Data Efetiva da IFRS 9 e Divulgações para Transição, emitida em dezembro de 2011, alterou a data efetiva obrigatória para 1º de Janeiro de 2015. Em fases posteriores, o IASB abordará a contabilidade de instrumentos de hedge e a redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 não terá efeito sobre a classificação e mensuração de ativos financeiros da Companhia, mas não terá impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros. A Companhia avaliará os impactos em conjunto com as outras fases, quando for emitida a norma final, compreendendo todas as fases.

Notas Explicativas

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) Julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas requer que a Administração exerça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das informações contábeis intermediárias.

b) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade dos ativos financeiros, são detalhadas na Nota 4.1.d.

Notas Explicativas

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

b) Estimativas e premissas--Continuação

Pagamentos baseados em ações

A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 15.b.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para prováveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

Notas Explicativas

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

b) Estimativas e premissas--Continuação

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar substancialmente o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para demandas judiciais e administrativas

A Companhia reconhece provisão para demandas judiciais e administrativas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Notas Explicativas

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco cambial da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

O Conselho de Administração aprovou uma política para uso de derivativos a partir de 15 de fevereiro de 2011, visando minimizar os riscos decorrentes da exposição em moeda estrangeira, representada por pagamentos futuros a serem realizados em moeda estrangeira para fornecedores estrangeiros ou indexados em moeda estrangeira para fornecedores nacionais.

a) *Risco de mercado*

(i) *Risco cambial*

O risco cambial refere-se ao risco de variação do valor justo dos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros devido à variação nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia e sua controlada ao risco de variação nas taxas de câmbio é aplicável principalmente às contas correntes em moeda estrangeira e às contas a pagar a fornecedores estrangeiros denominadas em moeda diferente da moeda funcional da Companhia.

Notas Explicativas

4. **Gestão de risco financeiro**--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

a) *Risco de mercado*--Continuação

(i) *Risco cambial*--Continuação

O risco cambial pode impactar significativamente a receita futura da Companhia, já que as vendas antecipadas de pacotes turísticos incluem as provisões para futuros pagamentos aos respectivos fornecedores de pacotes turísticos, incluindo parceiros internacionais, e sua receita. Para gerenciar o risco cambial, a Companhia utiliza contratos de compra de moeda estrangeira junto a instituições financeiras. Adicionalmente, a Companhia também se protege do risco cambial através do pagamento antecipado de fornecedores atrelados a moedas estrangeiras.

(ii) *Risco fluxo de caixa ou valor justo associado com risco de taxas de juros*

O risco de taxa de juros refere-se ao risco de variação do valor justo dos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros devido à variação nas taxas de juros do mercado. A exposição da Companhia ao risco de variação nas taxas de juros do mercado é aplicável principalmente ao grupo de equivalentes de caixa e às obrigações com o Fundo de Investimento GJP, ambos atualizados com base no CDI, o que pode afetar o resultado e os fluxos de caixa da Companhia.

b) *Risco de crédito*

O risco de crédito refere-se ao risco de a contraparte não honrar suas obrigações relativas a um instrumento financeiro ou contrato com cliente, gerando uma perda financeira. A Companhia está exposta principalmente a risco de crédito referente a caixa e equivalentes de caixa e as contas a receber de clientes. O risco de crédito é minimizado por meio das seguintes políticas:

Caixa e equivalentes de caixa: a Companhia adota métodos que restringem os valores que possam ser alocados a uma única instituição financeira, e leva em consideração limites monetários e classificações de crédito das instituições financeiras com as quais opera, as quais são periodicamente atualizadas.

Notas Explicativas

4. **Gestão de risco financeiro**--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

b) *Risco de crédito*--continuação

Contas a receber de clientes: a Companhia efetua transações associadas a cartões de crédito e instituições financeiras, uma vez que o risco de crédito é transferido integralmente a essas partes.

As vendas diretas para clientes individuais através de cheques pré-datados são restritas e representaram aproximadamente 3,3% e 3,5% das vendas nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2013 e 2012, respectivamente. A exposição máxima ao risco de crédito em 31 de março de 2013 é o valor apresentado no balanço patrimonial (Nota 6).

c) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez surge da possibilidade de não podermos cumprir as nossas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O excesso de caixa é gerenciado pela Tesouraria, que investe esse excesso em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e contratos de compra de moeda estrangeira, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões de fluxo de caixa.

O quadro abaixo demonstra o vencimento das principais obrigações reconhecidas em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Notas Explicativas

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

c) Risco de liquidez--Continuação

	Consolidado			
	Menos de 3 meses	**3 a 12 meses**	**1 a 5 anos**	**Total**
Saldos em 31 de março de 2013				
Contas a pagar a franquias	**(237)**	**(63.534)**	**-**	**(63.771)**
Contas a pagar a terceiros e outros	**(22.018)**	**-**	**-**	**(22.018)**
Fornecedores	**(232.081)**	**(10.539)**	**(208)**	**(242.828)**
Contas a pagar partes relacionadas	**(17.287)**	**(33.000)**	**(228.333)**	**(278.620)**
Empréstimos e financiamentos	**(15)**	**(46)**	**(53)**	**(114)**
	(271.638)	**(107.119)**	**(228.594)**	**(607.351)**

	Consolidado			
	Menos de 3 meses	**3 a 12 meses**	**1 a 5 anos**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2012				
Contas a pagar a franquias	(411)	(71.268)	-	(71.679)
Contas a pagar a terceiros e outros	(31.394)	-	-	(31.394)
Fornecedores	(249.808)	(20.640)	(44)	(270.492)
Contas a pagar partes relacionadas	(21.526)	(33.000)	(238.537)	(293.063)
Empréstimos e financiamentos	(17)	(121)	(79)	(217)
	(303.156)	(125.029)	(238.660)	(666.845)

d) Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas contas correntes em moeda estrangeira, aplicações financeiras e contas a pagar ao Fundo de Investimento GJP, ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de março de 2013, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção da moeda estrangeira e CDI para cada uma das transações analisadas, sendo este definido como cenário provável (cenário I); a partir deste, foram calculadas variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III).

Notas Explicativas

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

d) Análise de sensibilidade--Continuação

Para cada cenário foi calculada a "receita e despesa financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações.

		2013			
		Projeções de mercado			
Operações	Risco	Saldo em 31 de março de 2013	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Conta corrente em moeda estrangeira - USD (nota 5)	Queda do USD	**43.059**	**43.769**	**32.827**	**21.885**
Conta corrente em moeda estrangeira - EUR (nota 5)	Queda do EUR	**48.219**	**48.517**	**36.388**	**24.258**
Conta corrente em moeda estrangeira - GBP (nota 5)	Queda da GBP	**43**	**44**	**33**	**22**
Conta corrente em moeda estrangeira - CAD (nota 5)	Queda do CAD	**212**	**212**	**159**	**106**
Aplicação financeira (nota 5)	Queda do CDI	**1.215**	**1.235**	**1.230**	**1.225**
Contas a pagar Fundo de Investimento GJP - (nota 17)	Aumento do CDI / IGPM-M	**272.646**	**305.448**	**312.603**	**315.542**

		2012			
		Projeções de mercado			
Operações:	Risco	Saldo em 31 de dezembro de 2012	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Conta corrente em moeda estrangeira - USD (nota 5)	Queda do USD	53.216	53.748	40.311	26.874
Conta corrente em moeda estrangeira - EUR (nota 5)	Queda do EUR	26.653	25.941	19.456	12.970
Conta corrente em moeda estrangeira - GBP (nota 5)	Queda da GBP	105	104	78	52
Conta corrente em moeda estrangeira - CAD (nota 5)	Queda do CAD	275	276	207	138
Aplicação financeira (nota 5)	Queda do CDI	205.090	207.105	206.612	206.112
Contas a pagar Fundo de Investimento GJP – (nota 17)	Aumento do CDI / IGP-M	282.974	322.980	330.686	338.289

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo ou custos associados à essa geração de resultados e benefícios.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de antecipação de recebíveis, pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Notas Explicativas

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.2. Gestão de capital--Continuação

A gestão de capital não é administrada ao nível da Controladora, mas em nível consolidado, conforme demonstrado abaixo.

	Consolidado	
	31/03/2013	**31/12/2012**
Empréstimos e financiamentos	**114**	217
Contas a pagar partes relacionadas (nota 17)	**272.646**	282.974
(-) Caixa e equivalentes de caixa	**(94.753)**	(287.000)
(=) Dívida liquida (caixa)	**178.007**	(3.809)
(+) Patrimônio liquido	**243.931**	210.632
(=) Patrimônio líquido e dívida líquida (caixa)	**421.938**	206.823

4.3. Valor justo

Apresentamos a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas Informações contábeis intermediárias:

	Controladora			
	Valor contábil		Valor justo	
	31 de março de 2013	**31 de dezembro de 2012**	**31 de março de 2013**	**31 de dezembro de 2012**
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	**94.534**	**286.877**	**94.534**	**286.877**
Contas a receber de clientes	**823.179**	**788.407**	**823.179**	**788.407**
Contas a receber - partes relacionadas	**2.502**	**6.664**	**2.502**	**6.664**
Total	**920.215**	**1.081.948**	**920.215**	**1.081.948**
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	**114**	**200**	**114**	**200**
Fornecedores	**242.682**	**270.028**	**242.682**	**270.028**
Contas a pagar - partes relacionadas	**279.785**	**293.063**	**273.072**	**284.802**
Total	**522.581**	**563.291**	**515.868**	**555.030**

	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	31 de março de 2013	**31 de dezembro de 2012**	**31 de março de 2013**	**31 de dezembro de 2012**
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	**94.753**	**287.000**	**94.753**	**287.000**
Contas a receber de clientes	**823.179**	**788.407**	**823.179**	**788.407**
Contas a receber - partes relacionadas	**2.502**	**2.110**	**2.502**	**2.110**
Total	**920.434**	**1.077.517**	**920.434**	**1.077.517**
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	**114**	**217**	**114**	**217**
Fornecedores	**242.828**	**270.492**	**242.828**	**270.492**
Contas a pagar - partes relacionadas	**278.620**	**293.063**	**271.907**	**284.802**
Total	**521.562**	**563.772**	**514.849**	**555.511**

Notas Explicativas

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.3. Valor justo--Continuação

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é a quantia pela qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e partes relacionadas de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento de curto prazo desses instrumentos.

- Valores a receber a longo prazo a taxas pré e pós-fixadas são avaliados pela Companhia com base em parâmetros tais como taxa de juros, fatores de risco específicos,credibilidade individual do cliente ou da contraparte. Em 31 de março de 2013, o valor contábil desses valores a receber se aproxima de seu valor justo.

- O valor justo de instrumentos não negociáveis, empréstimos e financiamentos e outras dívidas financeiras, assim como outros passivos financeiros não circulantes, é estimado através dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.

4.4. Contabilidade de hedge (hedge accounting)

A Companhia efetuou a designação formal de suas operações sujeitas a hedge accounting para os instrumentos financeiros derivativos de proteção de fluxos de caixa dos pagamentos futuros a serem realizados em moeda estrangeira para fornecedores estrangeiros e pagamentos a fornecedores locais indexados em moeda estrangeira para fornecedores nacionais. A documentação do hedge accounting elaborada pela Administração contempla principalmente: (i) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco da Companhia em tomar o hedge, (ii) a identificação do instrumento financeiro utilizado e/ou designado, (iii) o objeto ou transação coberta, (iv) a natureza do risco a ser coberto, e (v) o cálculo retrospectivo e prospectivo da efetividade do hedge.

A Companhia efetua o registro dos ganhos e perdas considerados como efetivos para fins do hedge accounting em conta específica no patrimônio líquido,até que o objeto de cobertura (item hedgeado) afete o resultado no momento do embarque dos passageiros relacionados às transações protegidas, momento no qual este ganho ou perda de cada instrumento designado deverá afetar o resultado na mesma rubrica que o item protegido, sendo em nosso caso a receita de vendas.

Notas Explicativas

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.4. Contabilidade de hedge (hedge accounting)--Continuação

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 os valores justos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros com objetivo de proteção foram mensurados ao valor justo (“fair value”) por meio de fatores observáveis,como preços cotados em mercados ativos ou fluxos de caixa descontados com base em curvas de mercado e estão apresentados na tabela abaixo. Adicionalmente, a Companhia não efetua transações com instrumentos financeiros derivativos considerados exóticos.

		31 de março de 2013				
	Valor de referência *(notional)*	**Valor justo (A)**	**Valor justo (B)**	**Total**	**Resultado**	**Patrimônio líquido**
Risco de taxa de câmbio						
USD	**53.457**	**43.059**	**-**	**43.059**	**(838)**	**342**
EUR	**40.825**	**41.577**	**6.642**	**48.219**	**(103)**	**(612)**
Contrato a termo (NDF)	**4.716**	**6**	**-**	**6**	**(247)**	**6**
Total do Ativo	**98.998**	**84.642**	**6.642**	**91.284**	**(1.188)**	**(264)**

		31 de dezembro de 2012				
	Valor de referência *(notional)*	**Valor justo (A)**	**Valor justo (B)**	**Total**	**Resultado**	**Patrimônio líquido**
Risco de taxa de câmbio						
USD	49.738	50.741	2.475	53.216	7.840	(342)
EUR	15.786	17.982	8.671	26.653	4.728	241
Contrato a termo (NDF)	13.033	(228)	-	(228)	2.478	(228)
Total do Ativo	78.557	68.495	11.146	79.641	15.046	(329)

(A) Saldos dos instrumentos financeiros derivativos designados à operações de hedge associados a pacotes de viagens a serem embarcados.

(B) Saldo dos instrumentos financeiros derivativos relacionados a pacotes de viagens embarcados cujos fornecedores ainda não foram pagos.

No quadro abaixo demonstramos as posições consolidadas por data de vencimento em aberto em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 dos contratos a termo (non- deliverable forward - NDF) utilizados para cobertura de risco de taxa de câmbio:

31 de março de 2013

Derivativo	**Posição**	**Contrato**	**Data da contratação**	**Data maxima de vencimento**	**Valor de referência (notional)**	**Valor justo**
Termo	Comprado	NDF	De: 22/11/2012 a: 22/03/2013	De: 05/04/2013 a: 20/09/2013	**4.716**	**6**

Notas Explicativas

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.4. Contabilidade de hedge (hedge accounting)--Continuação

31 de dezembro de 2012

Derivativo	Posição	Contrato	Data da contratação	Data de vencimento	Valor de referência (notional)	Valor justo
Termo	Comprado	NDF	de 24/08/2012a: 21/12/2012	de 11/01/2013 a: 28/06/2013	13.033	(228)

4.5. Estimativa do valor justo

O valor justo dos passivos financeiros. para fins de divulgação,é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado,que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo,o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo seguinte nível da hierarquia de mensuração pelo valor justo:

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado,cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa,Distribuidor,Corretor,grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de concorrência atual.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e minimizam a necessidade de estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Se informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Notas Explicativas

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.5. Estimativa do valor justo--Continuação

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo, sendo:

	31 de março de 2013			
	Controladora e Consolidado			
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**	**Saldo total**
Ativo				
Instrumentos financeiros	**-**	**6**	**-**	**6**

	31 de dezembro de 2012			
	Controladora e Consolidado			
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**	**Saldo total**
Passivo				
Instrumentos financeiros	-	(228)	-	(228)

Notas Explicativas

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Equivalentes de caixa:				
Itaú Unibanco Holding S.A.	**212**	**80.375**	**212**	80.375
HSBC Bank Brasil S.A.	**900**	**1.942**	**900**	1.942
Bradesco S.A.	**-**	**-**	**-**	-
Grupo Safra S.A.	**-**	**-**	**-**	-
Banco do Brasil	**20**	**102.073**	**20**	102.073
Banco Santander Brasil S.A.	**83**	**20.700**	**83**	20.700
	1.215	**205.090**	**1.215**	205.090
Caixa e contas bancárias:				
Caixa e conta corrente em moeda nacional	**1.786**	**1.538**	**2.005**	1.661
Conta corrente em moeda estrangeira-USD	**43.059**	**53.216**	**43.059**	**53.216**
Conta corrente em moeda estrangeira- EUR	**48.219**	**26.653**	**48.219**	**26.653**
Conta corrente em moeda estrangeira - CAD	**212**	**105**	**212**	**105**
Conta corrente em moeda estrangeira - GBP	**43**	**275**	**43**	**275**
	93.319	**81.787**	**93.538**	81.910
Caixa e equivalentes de caixa	**94.534**	**286.877**	**94.753**	287.000

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa os quais estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em CDB - Certificados de Depósito Bancário.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

Notas Explicativas

6. Contas a receber de clientes

Os saldos das contas a receber de clientes e demais contas a receber apresentam-se como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Proveniente de vendas por meio de:				
Administradoras de cartões de crédito (a)	**627.618**	**713.299**	**627.618**	**713.299**
Contas a receber títulos (b)	**175.343**	**48.627**	**175.343**	**48.627**
Outros	**42.953**	**50.140**	**42.953**	**50.140**
	845.914	**812.066**	**845.914**	**812.066**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	**(22.735)**	**(23.659)**	**(22.735)**	**(23.659)**
	823.179	**788.407**	**823.179**	**788.407**

(a) Vendas a prazo com cartões de crédito são recebidas em parcelas que não ultrapassam 1 ano. Tais parcelas não são sujeitas a taxas de juros explícitas.

(b) Contas a receber títulos referem-se a recebíveis de instituições financeiras que estruturam e negociam serviços financeiros aos clientes da Companhia. Todos os riscos e benefícios financeiros destas transações são transferidos a tais instituições após a transação estar completa. Em 2013, a Companhia alterou seu metodo de recebimento,que consiste agora em receber no fluxo de vencimento dos títulos e não mais de forma antecipada.

(c) O reconhecimento e a reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram reconhecidos como “despesas de vendas” na demonstração de resultado. Os valores reconhecidos na conta de provisão em geral são relacionados a recebíveis vencidos e créditos adicionais como cheques e títulos cuja expectativa de recuperação seja remota.

A idade de nosso saldo de contas a receber de clientes e demais contas a receber pode ser demonstrado conforme segue:

	Companhia		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
A vencer	**815.713**	**781.767**	**815.713**	**781.767**
Títulos vencidos:				
Vencidos há menos de 30 dias	**9.422**	**9.325**	**9.422**	**9.325**
Vencidos há mais de 30 dias	**20.779**	**20.974**	**20.779**	**20.974**
Total	**845.914**	**812.066**	**845.914**	**812.066**

Notas Explicativas

6. Contas a receber de clientes--Continuação

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	(23.377)
Provisão debitada às despesas com vendas	(282)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**(23.659)**
Provisão debitada às despesas com vendas	**(390)**
Perdas efetivadas	**1.314**
Saldo em 31 de março de 2013	**(22.735)**

7. Adiantamentos a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	**31 de dezembro de 2012**	**31 de março de 2013**	**31 de dezembro de 2012**
Companhias aéreas (a)	**168.272**	146.646	**168.272**	146.646
Hotéis no Brasil e no exterior (b)	**24.432**	33.650	**24.443**	33.661
Outros	**293**	1.531	**293**	1.532
	192.997	181.827	**193.008**	181.839

(a) Pagamentos a companhias aéreas referentes aos bilhetes aéreos já vendidos e não utilizados.

(b) Adiantamentos a hotéis são essencialmente resultantes de transações realizadas entre a Companhia e seus fornecedores para garantir a disponibilidade de quartos na atual e em futuras temporadas.

8. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	**31 de dezembro de 2012**	**31 de março de 2013**	**31 de dezembro de 2012**
Comissões de vendas (a)	**78.324**	87.104	**78.724**	90.192
Taxa de administração de cartões de crédito (b)	**7.596**	8.612	**7.596**	8.614
	85.920	95.716	**86.320**	98.806

(a) Comissões para agentes de turismo como forma de remuneração pelos serviços prestados por agências, que será realizado quando do efetivo embarque dos passageiros.

(b) As taxas de administração de cartões de crédito referem-se à porcentagem de vendas com base nos acordos firmados entre as Companhias e as instituições de cartões de crédito como custos da transferência do risco de crédito das vendas feitas com cartões de crédito a tais instituições.

Notas Explicativas

9. Investimentos

a) Aquisição da CVC Brasil

Em 23 de dezembro de 2009, a empresa veículo CBTC Participações S.A. ("CBTC") adquiriu inicialmente 76,2% das ações da CVC por R$700.755, sendo R$380.755 pagos à vista e o restante, no valor de R$320.000, a ser pago até 2014 (Nota 17). O saldo a pagar é atualizado com base na variação do CDI + 2% a.a.

Assim, a CBTC contabilizou a transação da seguinte forma:

	CBTC
Investimento 76.2%	46
Ágio gerado na transação	700.709
Total da transação	700.755

b) Incorporação da CBTC

Em 28 de dezembro de 2009, a CBTC foi incorporada pela Companhia, conforme acordado entre as partes envolvidas. Como resultado da incorporação, as ações detidas pela CBTC foram canceladas, com posterior emissão de novas ações em nome do acionista controlador da CBTC, o Fundo de Investimento BTC "BTC", uma subsidiária integral do Carlyle.

A incorporação gerou um aumento de capital na CVC Brasil no valor de R$391.615 (acervo líquido da CBTC) e redução da participação da BTC na CVC, devido à transferência da dívida gerada na aquisição da Companhia.

Antes da incorporação, as ações da CVC eram distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	Ações	% do capital
CBTC	45.730	76,2%
Fundo de investimento GJP	14.270	23,8%
Total	60.000	100,00%

Após a Incorporação. as ações da CVC Brasil foram distribuídas conforme descrito abaixo:

Acionistas	Ações	% do capital
Fundo de Investimento BTC	24.973	63,6%
Fundo de Investimento GJP	14.270	36,4%
Total	39.243	100,00%

Notas Explicativas

9. Investimentos--Continuação

b) Incorporação da CBTC--Continuação

Em 28 de dezembro de 2009, a CVC incorporou a CBTC através de uma incorporação reversa, o que ocasionou a baixa integral do ágio registrado. Após este evento,o Fundo de Investimento BTC (controladora da incorporada CBTC) teve sua participação acionária na CVC reduzida de 76,2% para 63,6%.

Os efeitos de alocação do ágio gerado na compra dos ativos e passivos da CVC,conforme requerido pelo CPC 15 (IFRS 3)– Combinação de Negócios, não foram reconhecidos quando da incorporação, pelo fato de que a transação de incorporação reversa não se configurou na essência como uma combinação de negócios mas como reestruturação societária entre empresas sob controle comum, onde o adquirente final é o Fundo de Investimento Carlyle.

Portanto,conforme determinado pelo ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Contábeis Separadas,Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de equivalência Patrimonial, parágrafo 44.b a Companhia efetuou a baixa integral do ágio incorporado no valor de R$700.709 contra lucro/prejuízos acumulados, e constituiu o beneficio fiscal de 34% sobre o ágio no valor de R$238.241 no ativo contra reserva de capital.

c) Investimento na CVC Serviços

	CVC Serviços
Saldo em 31 de dezembro de 2012	710
Equivalência patrimonial	(1.469)
Saldo em 31 de março de 2013 (Provisão para perda com investimento)	**(759)**

Abaixo segue informações da investida:

	31 de março de 2013	**31 de dezembro de 2012**
Ativos	**6.853**	8.743
Passivos	**7.612**	8.033
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	**(759)**	710
Receitas	**11.505**	44.175
Prejuizo do período	**(1.469)**	(2.267)
% Participação	**99.9%**	99.9%

Notas Explicativas

10. Ativo imobilizado

Controladora	Instalações	Equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Total do ativo imobilizado
Custo						
31 de dezembro 2011	7.745	362	2.017	13.723	-	23.847
Adições	1.398	66	378	1.798	210	3.850
Baixas	-	-	(172)	(108)	-	(280)
31 de dezembro 2012	9.143	428	2.223	15.413	210	27.417
Adições	178	2	20	19		219
Baixas	-	-	-	-	(210)	(210)
Transferências	-	-	-	41	-	41
31 de março 2013	**9.321**	**430**	**2.243**	**15.473**	**-**	**27.467**
Depreciação acumulada						
31 de dezembro 2011	(713)	(45)	(1.061)	(9.251)	-	(11.070)
Depreciação	(1.646)	(39)	(155)	(1.865)	(42)	(3.747)
Baixas	-	-	125	108	-	233
31 de dezembro 2012	(2.359)	(84)	(1.091)	(11.008)	(42)	(14.584)
Depreciação	(447)	(11)	(54)	(463)	(7)	(982)
Baixas	-	-	-	-	49	49
31 de março 2013	**(2.806)**	**(95)**	**(1.145)**	**(11.471)**	**-**	**(15.517)**
Valor residual						
31 de março 2013	**6.515**	**335**	**1.098**	**4.002**	**-**	**11.950**
31 de dezembro 2012	6.784	344	1.132	4.405	168	12.833

Consolidado	Instalações	Equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Total do ativo imobilizado
Custo						
31 de dezembro 2011	10.481	478	3.473	14.662	-	29.094
Adições	1.393	65	395	2.445	210	4.508
Baixas	-	-	(174)	(145)	-	(319)
Transferências		-	-	-	-	-
31 de dezembro 2012	11.874	543	3.694	16.962	210	33.283
Adições	**218**	**1**	**35**	**19**	**-**	**273**
Baixas	**-**	**-**	**-**	**-**	**(210)**	**(210)**
Transferências	**-**	**-**	**-**	**(317)**	**-**	**(317)**
31 de março 2013	**12.092**	**544**	**3.729**	**16.664**	**-**	**33.029**
Depreciação acumulada						
31 de dezembro 2011	(1.703)	(92)	(1.689)	(9.973)	-	(13.457)
Depreciação	(2.019)	(51)	(295)	(2.166)	(42)	(4.573)
Baixas	-	-	126	145	-	271
31 de dezembro 2012	(3.722)	(143)	(1.858)	(11.994)	(42)	(17.759)
Depreciação	**(519)**	**(13)**	**(91)**	**(500)**	**(7)**	**(1.130)**
Baixas	**-**	**-**	**-**	**-**	**49**	**49**
Transferências	**-**	**-**	**-**	**50**	**-**	**50**
31 de março 2013	**(4.241)**	**(156)**	**(1.949)**	**(12.444)**	**-**	**(18.790)**
Valor residual						
31 de março 2013	**7.851**	**388**	**1.780**	**4.220**	**-**	**14.239**
31 de dezembro 2012	8.152	400	1.836	4.968	168	15.524

Não existe impairment ou provisão para perda de ativos para o período de 3 meses findo em 31 de março de 2013.

Notas Explicativas

11. Ativo intangível

Controladora	Software e Website (i)	Contrato de exclusividade (ii)	Total do Intangível
Custo			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	20.265	-	20.265
Adição	33.379	73.053	106.432
Saldo em 31 de dezembro de 2012	53.644	73.053	126.697
Adição	3.747	2.643	6.390
Transferência	(41)	-	(41)
Saldo em 31 de março de 2013	**57.350**	**75.696**	**133.046**
Amortização acumulada			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(6.874)	-	(6.874)
Amortização	(5.859)	(1.185)	(7.044)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(12.733)	(1.185)	(13.918)
Amortização	**(2.408)**	**(1.876)**	**(4.284)**
Saldo em 31 de março de 2013	**(15.141)**	**(3.061)**	**(18.202)**
Valor residual			
Saldo em 31 de março de 2013	**42.209**	**72.635**	**114.844**
Saldo em 31 de dezembro de 2012	40.911	71.868	112.779

Consolidado	Software e Website (i)	Contrato de exclusividade (ii)	Total do intangível
Custo			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	20.534	-	20.534
Adição	34.390	73.053	107.443
Saldo em 31 de dezembro de 2012	54.924	73.053	127.977
Adição	**3.747**	**2.643**	**6.390**
Transferência	**267**	**-**	**267**
Saldo em 31 de março de 2013	**58.938**	**75.696**	**134.634**
Amortização acumulada			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(7.111)	-	(7.111)
Amortização	(5.709)	(1.185)	(6.894)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(12.820)	(1.185)	(14.005)
Amortização	**(2.488)**	**(1.876)**	**(4.364)**
Saldo em 31 de março de 2013	**(15.308)**	**(3.061)**	**(18.369)**
Valor residual			
Saldo em 31 de março de 2013	**43.630**	**72.635**	**116.265**
Saldo em 31 de dezembro de 2012	42.104	71.868	113.972

(i) Software financeiro e comercial em uso pela Companhia.

(ii) Valores referentes ao direito de exclusividade de longo prazo.

Não existe impairment ou provisão para perda de ativos para o período de três meses findo em 31 de março de 2013.

Notas Explicativas

12. Empréstimos e financiamentos

a) Obrigações de arrendamento financeiro

Os contratos de arrendamento classificados como arrendamento financeiro possuem a intenção da Administração em adquirir os respectivos itens ao final dos contratos. A maior parte dos contratos possui uma cláusula com opção de compra pelo valor residual do bem, sendo o pagamento incluído no valor da amortização mensal. Os prazos dos contratos se encerram em, no máximo, três anos.

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	**31 de dezembro de 2012**	**31 de março de 2013**	**31 de dezembro de 2012**
Circulante:				
Obrigações de arrendamento financeiro	**61**	**121**	**61**	**138**
Não Circulante:				
Obrigações de arrendamento financeiro	**53**	**79**	**53**	**79**
Total	**114**	200	**114**	217

b) Obrigações de arrendamento operacional - CVC como arrendatária

Os pagamentos mínimos totais de arrendamento, segundo os arrendamentos operacionais não canceláveis,são:

	Consolidado	
	31 de março de 2013	**31 de dezembro de 2012**
Menos de um ano	**111**	139
Mais de um ano e menos que cinco anos	**639**	620
Mais de 5 anos	**19**	39
	769	798

A Companhia acredita que o pagamento de aluguel mínimo de arrendamento mercantil operacional não canceláveis,refere-se ao período contratual do curso normal da operação. Esta obrigação é apresentada no quadro acima, como requerido no CPC 6 (IAS17).

O valor das despesas de aluguéis durante o período de três meses findos em 31 de março de 2013 foi R$2.992 (R$2.752 em 2012).

Todos os contratos que possuem cláusulas de multa em caso de quebra contratual prevêem a penalidade de até três meses de aluguel, sendo que se a Companhia rescindisse estes contratos,o valor total seria de aproximadamente R$2.666.

Notas Explicativas

13. Provisões para demandas judiciais e administrativas

Em conformidade com as cláusulas dos contratos firmados entre Carlyle e o antigo acionista controlador da CVC, quaisquer eventuais contingências do passado (anteriores a data de aquisição, 23 de dezembro de 2009) não são de responsabilidade da Companhia, sendo obrigação do antigo controlador. Assim, não foram constituídas provisões para demandas ou reivindicações anteriores a 23 de dezembro de 2009 com base no contrato firmado entre as partes.

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais.

	Controladora e Consolidado		
	Trabalhistas	**Cíveis**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2011	459	4.761	5.220
Adições	1.991	7.993	9.984
Reversões/Pagamentos	(280)	(4.021)	(4.301)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.170	8.733	10.903
Adições	**669**	**1.627**	**2.296**
Reversões/Pagamentos	**(112)**	**(1.710)**	**(1.822)**
Saldo em 31 de março de 2013	**2.727**	**8.650**	**11.377**

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre ágio gerado na aquisição da Companhia e sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações contábeis intermediárias. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos na medida em que é provável que a avaliação dos lucros tributáveis futuros podem ser usados na compensação de diferenças temporárias, baseado em projeções de receita futura e preparadas com premissas internas e cenários econômicos futuros que podem ser alterados.

Notas Explicativas

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

a) Reconciliação de despesas com o imposto de renda e a contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	Período findo em 31 de março		Período findo em 31 de março	
	2013	**2012**	**2013**	**2012**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**53.954**	72.762	**53.194**	73.001
Imposto de renda à alíquota nominal - 34%	**(18.344)**	(24.739)	**(18.086)**	(24.820)
Opções de ações outorgadas e reconhecidas	**939**	(2.106)	**939**	(2.106)
Equivalência patrimonial e provisão para passivo descoberto	**(499)**	164	**-**	-
Outros	**(33)**	(49)	**(30)**	(43)
Imposto de renda e contribuição social	**(17.937)**	(26.730)	**(17.177)**	(26.969)
Corrente	**(5.204)**	(20.576)	**(5.202)**	(20.596)
Diferido	**(12.733)**	(6.154)	**(11.975)**	(6.373)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(17.937)**	(26.730)	**(17.177)**	(26.969)
Aliquota efetiva	**33%**	37%	**32%**	37%

b) Composição do imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2013	**31 de dezembro 2012**	**31 de março 2013**	**31 de dezembro 2012**
Provisão para bônus	**956**	2.971	**956**	2.971
Provisão para perdas com adiantamentos	**1.689**	1.646	**1.689**	1.646
Provisão para demandas judiciais e administrativas	**3.868**	3.707	**3.868**	3.707
IR e CS diferidos sobre os ajustes na adoção dos CPCs	**69**	69	**121**	121
Imposto de renda sobre ágio CBTC (Incorporação) (nota 9)	**146.928**	158.827	**146.928**	158.827
Provisão earn-out – Fundo GJP (Nota 18)	**32.413**	32.143	**32.413**	32.143
Outras provisões	**10.402**	9.716	**14.164**	12.720
Ativo de imposto de renda diferido	**196.325**	209.079	**200.139**	212.135

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações, e que para 31 de março de 2013 demonstram que o imposto de renda diferido ativo será compensado conforme demonstrado abaixo:

Notas Explicativas

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

b) Composição do imposto de renda (IR) e contribuição social (CSLL) diferidos--Continuação

Ano	*Controladora*	*Consolidado*
2013	48.856	50.128
2014	51.520	52.791
2015	80.065	81.336
2016	15.884	15.884
Total	196.325	200.139

c) A movimentação do imposto de renda diferido segue abaixo:

	Controladora		*Consolidado*	
	31 de março de 2013	**31 de dezembro de 2012**	**31 de março de 2013**	**31 de dezembro de 2012**
Saldo inicial	**209.079**	194.538	**212.135**	196.436
Adição (a)	**1.160**	41.214	**1.918**	42.473
Compensação	**(13.914)**	(26.673)	**(13.914)**	(26.774)
Saldo Final	**196.325**	209.079	**200.139**	212.135

(a) Durante o ano de 2012 ocorreu o registro do imposto de renda diferido sobre o earn-out (nota 17.c) gerando um aumento de R$32.143.

O impacto na controladora e no consolidado no resultado do exercício é de R$ 12.733 e R$ 11.976, respectivamente, e R$ 55 no Patrimônio Líquido para ambos.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital social está distribuído conforme abaixo :

	31 de março de 2013		**31 de dezembro de 2012**	
	Ações	**Valor**	**Ações**	**Valor**
Fundo de Investimento BTC	**27.517**	**35.566**	27.517	35.566
Fundo de Investimento GJP	**15.726**	**20.325**	15.726	20.325
Ações em Tesouraria	**284**	**366**	262	338
Outros	**-**	**-**	22	28
Total	**43.527**	**56.257**	43.527	56.257

Notas Explicativas

15. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

A Companhia foi constituída em 25 de março de 2009 através da contribuição de capital inicial de R$1. sendo que em 05 de junho de 2010 ocorreu um aumento de capital em R$ 59, totalizando R$60. Ambas as contribuições foram feitas pelo antigo proprietário da Companhia.

Em 28 de dezembro de 2009, a CBTC foi incorporada pela Companhia, conforme acordado entre as partes envolvidas e descrito na Nota 9.b. A incorporação gerou um aumento de capital na CVC Brasil no valor de R$391.615 mediante a emissão de 39.243 ações ordinárias pelo preço de R$9.979 (em R$ por ação).

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de outubro de 2010, foi aprovado o aumento de capital no montante de R$68.917 mediante a emissão de 4.000 ações ordinárias ao preço de R$17.230 (em reais por ação).

Conforme Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) em 30 de junho de 2011 foi autorizado o aumento de capital de R$460.592 para R$526.239. sem a emissão de novas ações, por meio de capitalização de parte da reserva especial de ágio e da capitalização de lucros apurados pela Companhia entre 01 de janeiro a 31 de maio de 2011. Nesta AGE também foi aprovada a subsequente redução de capital de R$526.239 para R$25.000 mediante a absorção de parte dos prejuízos acumulados da Companhia em 31 de dezembro de 2010 no montante de R$501.239. A participação societária dos acionistas não sofreu alteração, sendo que o capital de R$25.000 foi distribuído por 63,6% para o Fundo de Investimento BTC e 36,4% para o Fundo de Investimento GJP.

Em 16 de dezembro de 2011, foi autorizado o aumento de capital de R$25.000 para R$ 29.786 através da emissão de 284 novas ações por meio do exercício de um participante do plano de opções de ações. Logo após a emissão, essas ações foram recompradas pela Companhia e estão classificadas como ações em tesouraria no patrimônio líquido (Nota 15.d). Subsequentemente, 22 ações no montante de R$1.482 foram outorgadas como ações restritas (Nota 15.e).

A Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) aprovou em 31 de dezembro de 2012 o aumento de capital de R$26.471. sem emissão de novas ações. por meio de capitalização da reserva especial de ágio.

Notas Explicativas

15. Patrimônio líquido--Continuação

b) Opções de compra de ações

O plano de remuneração com base em ações da Companhia tem por objeto a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia aos participantes com o objetivo de atrair. motivar e reter executivos-chave.

O preço de exercício das opções concedidas é o valor justo de mercado das ações no momento da outorga das opções (“Preço de Exercício”), definido nos contratos individuais celebrados com cada participante, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA desde a data da outorga das opções até a data de seu efetivo exercício nos termos do plano. As opções foram concedidas aos empregados considerados executivos-chave da Companhia, neste caso indicados pelo Conselho de Administração para receberem opções. As opções outorgadas são divididas como descrito a seguir:

“Time Based Options” (TBO) – provê o direito do beneficiário de comprar ações a um preço predeterminado com base no tempo de trabalho contínuo na Companhia. Estas opções estão sujeitas a um período aquisitivo dos direitos às opções e ao seu exercício.

“Performance Based Options” (PBO) – provê o direito do beneficiário de comprar ações condicionado ao cumprimento de taxas de retorno sobre o capital investido dos acionistas de no mínimo 25% a.a., em dólares norte-americanos. No caso da ocorrência de uma abertura inicial de capital (IPO), e sendo a taxa de retorno sobre o capital investido dos acionistas acima de 30%a.a., as PBOs serão convertidas em TBOs. Nesse caso, o beneficiário deverá cumprir os prazos de trabalhos contínuos definidos nas TBOs para exercício das opções concedidas e também não poderá, durante o prazo de 1 (um) ano a contar do vesting das opções convertidas, alienar qualquer das ações decorrentes do exercício destas opções.

As opções são exercíveis em até 10 anos após a data da outorga. as opções para as quais o direito de exercício tenha sido adquiridos deverão ser exercidas em 90 dias contados a partir da data de saída da Companhia.

Notas Explicativas

15. Patrimônio líquido--Continuação

b) Opções de compra de ações--Continuação

As movimentações no Plano de Opções de compra de ações estão detalhadas abaixo:

		Plano 1					Plano 2		Plano 3
		Tranche 1.1		Tranche 1.2	Tranche 2		Tranche 1	Tranche 2	Tranche 1
	Notas	PBO	TBO	TBO	PBO	TBO	TBO	TBO	TBO
31 de dezembro de 2010		1.026	343	-	100	34	-	-	-
Outorgadas	(i)	-	-	-	-	-	1.018	-	-
Transferidas	(ii)	(851)	(284)	1.135	-	-	-	-	-
Exercidas	(iii)	-	-	(284)	-	-	-	-	-
Prescritas	(iv)	-	-	-	(100)	(34)	-	-	-
31 de dezembro de 2011		175	59	851	-	-	1.018	-	-
Outorgadas	(v)	-	-	-	-	-	393	257	-
Prescritas	(vi)	-	-	-	-	-	(199)	-	-
31 de dezembro de 2012		175	59	851	-	-	1.212	257	-
Outorgadas	(v)	-	-	-	-	-	-	-	1.371
Prescritas	(vii)	-	-	-	-	-	(493)	-	-
31 de março de 2013		**175**	**59**	**851**	**-**	**-**	**719**	**257**	**1.371**

(i) Plano de opções aprovado em 10 de novembro de 2011 pelo Conselho de Administração;

(ii) Um aditamento no plano de opções de compra de ações foi aprovado pelo Conselho de Administração em 16 de dezembro de 2011. Devido as alterações definidas por este aditamento. as ações definidas no primeiro plano de opções foram classificadas em dois tipos: Tranche 1.1 e Tranche 1.2;

(iii) Em 16 de dezembro de 2011, 284 opções relacionadas na Tranche 1.2 do Plano 1 foram exercidas no valor de R$14.980 (em reais por ação) corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA;

(iv) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a segunda tranche foi totalmente prescrita devido a saída de executivos associados a esta tranche. Essa prescrição gerou uma reverão de despesa com opções de ações no montante de R$573;

(v) Outorga de opções de ações aprovada pelo Conselho de Administração principalmente relacionada à substituição de opções concedidas anteriormente a executivos que deixaram a Companhia;

(vi) Opções de ações prescritas pela saída de executivos da Companhia, gerando uma reversão de despesas com opções de ações no montante de R$1.586;

(vii) Opções de ações prescritas pela saída de executivos da Companhia, gerando uma reversão de despesas com opções de ações no montante de R$9.520.

A despesa no período de três meses findo em 31 de março de 2013, excluindo a reversão de despesas com opções de ações descrita no item (vi) acima, no montante de R$7.294 (R$6.193 em 2012) foi registrada como despesa de opções de compra de ações (demonstrações do resultado) contra a reserva de pagamentos baseadas em ações (patrimônio líquido). O valor acumulado registrado como reserva de pagamentos baseados em ações no patrimônio líquido em 31 de março de 2013, referente aos planos de opções de ações, é de R$35.322 (R$36.601 em 31 de dezembro de 2012).

Notas Explicativas

15. Patrimônio líquido--Continuação

b) Opções de compra de ações--Continuação

O valor justo médio ponderado das opções concedidas. determinado com base no modelo de avaliação “Customized Binomial Tree Model”. esta detalhado abaixo:

	Plano 1		Plano 2		Plano 1
Detalhes	**Tranche 1.1**	**Tranche 1.2**	**Tranche 1**	**Tranche 2**	**Tranche 1**
Data de inicio (primeira outorga)	01/01/2010	01/01/2010	10/11/2011	2/7/2012	11/3/2013
Quantidade de opções - PBO	175	-	-	-	-
Quantidade de opções - TBO	59	851	1.212	257	1.371
Valor de exercício - R$	R$ 14.980	R$ 14.980	R$ 67.374	R$ 67.374	R$ 40.595
Volatilidade esperada	32,83%	47,00%	44,35%	41,89%	38,67%
Inflação estimada (IPCA)	5,87%	5,87%	5,58%	4,42%	3,92%
Taxa de desconto - R$	13,54%	13,54%	11,03%	10,70%	10,17%
Prazo maturidade estimado	5 anos	4 anos	5 anos	5 anos	5 anos
Ações	R$ 7.679	R$ 13.751	R$ 43.314	R$ 25.524	R$ 22.823

c) Contrato de compra e venda e Acordo de Acionistas

Como mencionado na Nota 1. a compradora CBTC Participações S.A. (BTC Participações S.A. depois da incorporação. ou “BTC”) e o vendedor FIP GJP celebraram através de contrato e acordo de venda e no Acordo de Acionistas firmado em 01 de dezembro de 2009. as principais condições e obrigações estão descritas abaixo:

- Distribuição de dividendos – Vide Nota 2.19
- Pagamento vinculado ao desempenho da Companhia – Vide Nota 17.c
- Aprovação de matérias qualificadas pelo Conselho de Administração deverão envolver o acionista representando a maioria do capital votante (BTC) e o voto favorável do Fundo de Investimento GJP. enquanto for acionista titular e detentor de pelo menos 10% do capital social total da Companhia;
- Abertura de Capital – As partes deverão envidar seus melhores esforços.e deverão cooperar entre si. a fim de viabilizar a implementação de uma abertura qualificada de capital da Companhia. assim entendida como oferta pública inicial (Initial Public Offering – IPO) de ações de emissão da Companhia: i) que resulte na listagem e negociação das ações de emissão da Companhia em bolsa a ser determinada em comum acordo; ii) que haja oferta para distribuição pública de ações ordinárias que representem. no mínimo 25% do capital social da Companhia. podendo representar até 20% do capital social votante da Companhia se dessa forma recomendado pela instituição financeira de primeira linha que estiver atuando na distribuição pública; iii) que sejam contratadas uma ou mais instituições financeiras de primeira linha para atuarem na distribuição pública (Abertura Qualificada de Capital).

Notas Explicativas

15. Patrimônio líquido--Continuação

d) Ações em tesouraria

Em 16 de dezembro de 2011, as opções vestidas referentes à Tranche 1.2 do Plano 1 foram exercidas e, por conta deste exercício, 284 ações foram emitidas no valor de R$4.786 (opções com o período de aquisição cumprido).

Na mesma data. a Companhia adquiriu as novas ações emitidas pelo valor de R$19.134, que foram registradas como ações em tesouraria. Subsequentemente, 22 ações no montante de R$1.482 foram outorgadas como ações restritas (Nota 15.e). Em 28 de março de 2013, a Companhia recomprou as 22 ações restritas pelo valor de R$1 cada ação (em R$ por ação).

e) Opções de ações restritas

Em 05 de dezembro de 2011, foi aprovado a outorga de 22 ações restritas para um executivo com valor justo de R$1.482. Conforme descrito na Nota 15.d, a Companhia recomprou essas 22 ações restritas uma vez que o executivo que possuía a titularidade destas ações deixou a Companhia, gerando uma reversão de despesas com outorga de ações restritas no montante de R$618 no período de três meses findo em 31 de março de 2013.

A despesa pela distribuição de ações restritas no período de três meses de 2013, excluindo a reversão de despesas com outorga de ações rescritas conforme descrita acima, foi de R$82 (R$123 no mesmo período de 2012). Estes montantes foram reconhecidos como despesa de ações outorgadas (demonstrações do resultado) contra a reserva de pagamentos baseados em ações (patrimônio líquido).

16. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31 de março		31 de março	
	2013	2012	2013	2012
Despesas financeiras				
Variação monetária e cambial	**(2.834)**	(1.767)	**(2.834)**	(1.767)
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	**(372)**	(370)	**(372)**	(371)
Encargos financeiros (a)	**(22.255)**	**(29.670)**	**(22.269)**	(29.678)
Outros	**(271)**	**(447)**	**(271)**	(528)
Total Despesas financeiras	**(25.732)**	**(32.254)**	**(25.746)**	(32.344)
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	**2.350**	**3.387**	**2.364**	**3.388**
Outros	**846**	**1.311**	**846**	**1.365**
Total Receitas financeiras	**3.196**	**4.698**	**3.210**	**4.753**
Despesas financeiras, líquidas	**(22.536)**	**(27.556)**	**(22.536)**	(27.591)

(a) Encargos financeiros basicamente oriundos de juros sobre contas a pagar com Fundo de Investimento GJP (Nota 18) e juros incorridos na antecipação de recebíveis.

Notas Explicativas

17. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso normal das atividades, de acordo com os preços específicos pactuados entre as partes, compatíveis com as condições de mercado para transações semelhantes entre partes independentes.

a) Os principais saldos ou pagamentos oriundos de transações com partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

	31 de março de 2013			
	Ativo não circulante	**Passivo Circulante**	**Passivo não circulante**	**Pagamentos**
Controladora				
CVC Serviços Agência de Viagens Ltda.	**3.807**	**-**	**-**	**9.771**
Operadora e Agência de Viagens Tur Ltda.	**2.502**	**-**	**-**	**-**
FIP GJP	**-**	**44.313**	**133.000**	**14.761**
FIP GJP Earnout (ii) (nota 17.c)	**-**	**-**	**95.333**	**-**
GJP Administradora de Hotéis (ii)	**-**	**5.974**	**-**	**13.240**
Total	**6.309**	**50.287**	**228.333**	**37.772**
Consolidado				
Operadora e Agência de Viagens Tur Ltda.	**2.502**	**-**	**-**	**-**
FIP GJP	**-**	**44.313**	**133.000**	**14.761**
FIP GJP earn-out (ii) (nota 17.c)	**-**	**-**	**95.333**	**-**
GJP Administradora de Hotéis (i)	**-**	**5.974**	**-**	**13.240**
Total	**2.502**	**50.287**	**228.333**	**28.001**

	31 de dezembro de 2012			
	Ativo não circulante	**Passivo Circulante**	**Passivo não circulante**	**Pagamentos**
Controladora				
CVC Serviços Agência de Viagens Ltda..	4.554	-.	-	45.928
Operadora e Agência de Viagens Tur Ltda..	2.110	-	-	-
FIP GJP	-	44.437	144.000	61.208
FIP GJP Earnout (ii) (nota 17.c)	-	-	94.537	-.
GJP Administradora de Hotéis (i)	-	10.089	-	47.713
Total	6.664	54.526	238.537	154.849
Consolidado				
Operadora e Agência de Viagens Tur Ltda..	2.110	-	-	-
FIP GJP	-	44.437	144.000	61.208
FIP GJP earn-out (ii) (nota 17.c)		-	94.537	-.
GJP Administradora de Hotéis (i)	-	10.089	-	47.713
Total	2.110	54.526	238.537	108.921

(i) Inclui reserva de quartos em hotéis relacionados. Os adiantamentos podem ser feitos para garantir a disponibilidade de quartos na atual e em futuras temporadas;

(ii) Saldo a pagar até 2015 ao Fundo de Investimento GJP, relacionado à aquisição das ações da CVC o qual é atualizado com base na variação do CDI + 2% ao ano;

(iii) Provisão para pagamento vinculado ao desempenho (Nota 17.a).

Notas Explicativas

17. Transações com partes relacionadas--Continuação

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração do período paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, pelos serviços prestados, está apresentada a seguir:

	2013	2012
Salários e outros benefícios de curto prazo	**4.265**	3.467
Pagamentos baseado em ações	**7.294**	6.194
	11.559	9.661

c) Contratos em obrigações

Conforme mencionado na Nota 1, o Grupo Carlyle, por meio da CBTC, adquiriu ações da Companhia através do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças firmado (“Contrato de Compra e Venda”) entre CBTC e Guilherme de Jesus Paulus (“Vendedor”), detentor e titular de 100% do capital social votante da Companhia naquela data. A Cláusula 2.6 – Pagamentos viculados ao desempenho define que a Companhia poderá efetuar em favor do vendedor um pagamento vinculado ao desempenho no valor equivalente a até R$75.000. corrigidos pelo IGP-M, calculado de acordo com os parâmetros de desempenho descritos abaixo. Em ambas as situações, a data do pagamento vinculado ao desempenho deverá ocorrer em 1o de janeiro de 2015.

Parâmetro de desempenho

(i) Se a média aritmética do EBITDA da Companhia dos 5 (cinco) anos consecutivos entre 2010 e 2014, deflacionados pelo IGP-M, for igual ou superior a R$250.000, a Companhia deverá pagar ao vendedor o valor de R$75.000;

(ii) Se a média aritmética do EBITDA da Companhia for inferior a R$239.000, não haverá a obrigação de pagamento adicional vinculado ao desempenho;

(iii) Se a média aritmética do EBITDA da Companhia for entre R$239.000 e R$250.000, a Companhia deverá pagar ao vendedor um valor entre R$50.000 até R$75.000, calculados de forma proporcional.

Notas Explicativas

17. Transações com partes relacionadas--Continuação

c) Contratos em obrigações--Continuação

Parâmetro de desempenho II

(i) Se ocorrer uma oferta inicial de ações (IPO qualificado) ou a venda ou alienação do controle da Companhia antes de 1.o de janeiro de 2015, o pagamento vinculado ao desempenho deverá ser calculado com base na média dos EBITDAs da Companhia, deflacionada pelo IGP-M. entre 2010 e o ano calendário anterior ao IPO, de acordo com a tabela abaixo:

	Obrigação a pagar	
Evento de liquidez	**R$75.000**	**R$50.000 até 75.000 *(proporcional)***
Após 2014	Média do EBITDA acima de R$250.000	Média do EBITDA entre R$239.000 a R$250.000
Em 2014	Média do EBITDA acima de R$240.000	Média do EBITDA entre R$225.000 a R$240.000
Em 2013	Média do EBITDA acima de R$220.000	Média do EBITDA entre R$211.000 a R$220.000
Em 2012	Média do EBITDA acima de R$195.000	Média do EBITDA entre R$193.000 a R$195.000
Em 2011	Média do EBITDA acima de R$175.000	Média do EBITDA entre R$170.000 a R$175.000

Com base nas projeções futuras efetuadas no momento da aquisição da Companhia pelo Fundo Carlyle e também a eventos futuros incertos que não estavam sob controle da entidade, a Administração da Companhia avaliou o futuro desembolso de caixa relacionada a possível obrigação com o Fundo GJP como remota. Com base nesta análise a Companhia estimou que o valor justo era próximo de zero, e portanto não houve o registro da provisão a pagar.

Em 2012, devido aos resultados alcançados e histórico de três anos, a Administração efetuou uma nova avaliação de suas projeções futuras, e concluiu que independente do evento relacionado ao parâmetro de desempenho II, a probabilidade de ocorrer um futuro desembolso de caixa relacionado ao parâmetro de desempenho será provável.

Portanto, com base nos resultados apurados pela Companhia nos exercícios de 2010, 2011 e 2012 e nas novas projeções futuras da Companhia (novo evento) a Companhia efetuou em 31 de dezembro de 2012 a provisão para pagamento da obrigação ao Fundo GJP no valor de R$75.000 contra a conta de outras despesas operacionais, e conforme determinado no contrato, registrou também registrou juros de R$19.537 (dezembro 2009 a março de 2012) contra o resultado financeiro. O saldo de juros em 31 de março de 2013 é R$20.333 (R$796 no período de três meses findos em 31 de março de 2013).

Notas Explicativas

18. Vendas antecipadas de pacotes turísticos

Em 31 de março de 2013, o saldo das vendas antecipadas de pacotes turísticos era de R$ 664.457 na Companhia e R$ 665.209 no Consolidado (R$ 794.899 e 797.202 em 2012, Companhia e Consolidado, respectivamente), e é representado por pacotes turísticos vendidos e ainda não utilizados pelos passageiros, com prazo médio para embarque de 65 dias (71 dias em 31 de dezembro de 2012) e data máxima para embarque de 1 ano.

19. Segmento operacional

A Companhia possui um único segmento operacional na atividade de “Intermediação de Turismo”. A Administração da Companhia analisa a receita bruta por linha de negócios sendo doméstico, internacional e cruzeiros marítimos. As operações estão sediadas substancialmente no Brasil.

As receitas brutas por linha de negócios são as seguintes:

	Consolidado	
	Período de três meses findos em 31 de março de	Período de três meses findos em 31 de março de
	2013	2012
Doméstico	**125.040**	138.475
Internacional	**39.378**	45.141
Cruzeiro maritimo	**9.342**	12.561
Outros	**960**	1.236
Total	**174.720**	197.413

20. Despesas operacionais

20.1. Composição despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	Período de três meses findos em 31 de março de		Período de três meses findos em 31 de março de	
	2013	2012	2013	2012
Pessoal	**16.875**	27.117	**26.573**	35.348
Serviços de terceiros	**38.806**	30.832	**41.664**	33.513
Taxa de cartão de crédito	**11.301**	11.538	**11.301**	11.538
Depreciação e amortização	**5.266**	1.884	**5.494**	2.044
Outros	**611**	418	**687**	466
Total	**72.859**	71.789	**85.719**	82.909
Despesas com vendas	**32.314**	31.963	**32.354**	32.010
Despesas gerais e administrativas	**35.279**	37.942	**47.871**	48.855
Depreciação e amortização	**5.266**	1.884	**5.494**	2.044
Total	**72.859**	71.789	**85.719**	82.909

Notas Explicativas

21. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações potenciais.

	31 de março	
	2013	**2012**
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	**36.017**	46.032
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o ano	**43.595**	43.527
Lucro por ação – básico – R$	**830,00**	1.060,00
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias para o lucro básico por ação	**43.595**	43.527
Efeito da diluição: Pagamento baseado em ações	**1.340**	1.065
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição	**44.935**	44.592
Lucro por ação – diluído – R$	**800,00**	1.030,00

22. Seguros

A Companhia tem como política, manter cobertura de seguros em montantes considerados suficientes pela Administração em face dos riscos que envolvem, entre outros, Incêndios, danos materiais e responsabilidade civil.

Tipo	Importância segurada em 31 de março de 2013
Risco civil	168.500
Riscos gerais / cíveis	49.578

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATč RIO SOBRE A REVISëO DE INFORMA¢ì ES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores
CVC Brasil Operadora e Ag° ncia de Viagens S.A.
Santo Andr®ï SP

Introdu- «o

Revisamos as informa- »es cont§beis intermedi§rias, individuais e consolidadas, da CVC Brasil Operadora e Ag° ncia de Viagens S.A., contidas no Formul§rio de Informa- »es Trimestrais ï ITR referente ao trimestre findo em 31 de mar- o de 2013, que compreendem o balan- o patrimonial em 31 de mar- o de 2013 e as respectivas demonstra- »es do resultado, do resultado abrangente, das muta- »es do patrim¹ nio l²quido e dos fluxos de caixa para o per²odo de tr° s meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administra- «o ®respons§vel pela elabora- «o das informa- »es cont§beis intermedi§rias individuais de acordo com o Pronunciamento T®cnico CPC 21 (R1) ï Demonstra- «o Intermedi§ria e das informa- »es cont§beis intermedi§rias consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 ï Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board ï IASB, assim como pela apresenta- «o dessas informa- »es de forma condizente com as normas expedidas pela Comiss«o de Valores Mobili§rios, aplic§veis ¨ elabora- «o das Informa- »es Trimestrais ï ITR. Nossa responsabilidade ®a de expressar uma conclus«o sobre essas informa- »es cont§beis intermedi§rias com base em nossa revis«o.

Alcance da revis«o

Conduzimos nossa revis«o de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revis«o de informa- »es intermedi§rias (NBC TR 2410 - Revis«o de Informa- »es Intermedi§rias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revis«o de informa- »es intermedi§rias consiste na realiza- «o de indaga- »es, principalmente ¨ s pessoas respons§veis pelos assuntos financeiros e cont§beis e na aplica- «o de procedimentos anal²ticos e de outros procedimentos de revis«o. O alcance de uma revis«o ®significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, n«o nos permitiu obter seguran- a de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, n«o expressamos uma opini«o de auditoria.

Conclus«o sobre as informa- »es intermedi§rias individuais

Com base em nossa revis«o, n«o temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informa- »es cont§beis intermedi§rias individuais inclu²das nas informa- »es trimestrais acima referidas n«o foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplic§vel ¨ elabora- «o de Informa- »es Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comiss«o de Valores Mobili§rios.

Conclus«o sobre as informa- »es intermedi§rias consolidadas

Com base em nossa revis«o, n«o temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informa- »es cont§beis intermedi§rias consolidadas inclu²das nas informa- »es trimestrais acima referidas n«o foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplic§veis ¨ elabora- «o de Informa- »es Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comiss«o de Valores Mobili§rios.

Outros assuntos

Demonstra- »es do Valor Adicionado

Revisamos, tamb®m, as demonstra- »es do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao per²odo de tr° s meses findo em 31 de mar- o de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administra- «o da Companhia, cuja apresenta- «o nas informa- »es intermedi§rias ®requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comiss«o de Valores Mobili§rios aplic§veis ¨ elabora- «o de Informa- »es Trimestrais - ITR e considerada informa- «o suplementar pelas IFRS, que n«o requerem a apresenta- «o da DVA. Essas demonstra- »es foram submetidas aos mesmos procedimentos de revis«o descritos anteriormente e, com base em nossa revis«o, n«o temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que n«o foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informa- »es cont§beis intermedi§rias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

S«o Paulo, 06 de setembro de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Anderson Pascoal Constantino
Contador CRC-1SP190451/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.

LUIZ EDUARDO FALCO PIRES CORREA, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF/MF sob o n° 052.425.988-75, e portador da cédula de identidade RG n° 6.056.736 SSP/SP, com escritório na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua das Figueiras, n° 501, 8° andar, Bairro Jardim, CEP 09080-370, na qualidade de Diretor Presidente da CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Santo Andre, Estado do São Paulo, na Rua das Figueiras, nº 501, 8º andar, CEP 09080-370, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 10.760.260/0001-19 e NIRE 35.300.367.596 ("Companhia"), declara, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1° do artigo 25 da Instrução CVM n° 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que juntamente com os demais diretores da Companhia (i) reviu, discutiu e concorda com as conclusões expressas no relatório de revisão dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013.

LUIZ FERNANDO FOGAÇA, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF/MF sob o n° 116.469.528-20, e portador da cédula de identidade RG n° 13.893.373 SSP/SP, com escritório na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua das Figueiras, n° 501, 8° andar, Bairro Jardim, CEP 09080-370, na qualidade de Diretor Vice Presidente Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores da CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Santo Andre, Estado do São Paulo, na Rua das Figueiras, nº 501, 8º andar, CEP 09080-370, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 10.760.260/0001-19 e NIRE 35.300.367.596 ("Companhia"), declara, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1° do artigo 25 da Instrução CVM n° 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que juntamente com os demais diretores da Companhia (i) reviu, discutiu e concorda com as conclusões expressas no relatório de revisão dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013.

ELTON FLÁVIO SILVA DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF/MF sob o n° 174.322.408-76, e portador da cédula de identidade RG n° 20.884.079 SSP/SP, com escritório na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua das Figueiras, n° 501, 8° andar, Bairro Jardim, CEP 09080-370, na qualidade de Diretor Jurídico da CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Santo Andre, Estado do São Paulo, na Rua das Figueiras, nº 501, 8º andar, CEP 09080-370, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 10.760.260/0001-19 e NIRE 35.300.367.596 ("Companhia"), declara, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1° do artigo 25 da Instrução CVM n° 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que juntamente com os demais diretores da Companhia (i) reviu, discutiu e concorda com as conclusões expressas no relatório de revisão dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013.

MIGUEL MARTINS ALCANTARA JUNIOR, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF/MF sob o n° 140.021.748-24, e portador da cédula de identidade RG n° 20.748.717-0 SSP/SP, com escritório na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua das Figueiras, n° 501, 8° andar, Bairro Jardim, CEP 09080-370, na qualidade de Diretor de Tecnologia da Informação da CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Santo Andre, Estado do São Paulo, na Rua das Figueiras, nº 501, 8º andar, CEP 09080-370, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 10.760.260/0001-19 e NIRE 35.300.367.596 ("Companhia"), declara, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1° do artigo 25 da Instrução CVM n° 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que juntamente com os demais diretores da Companhia (i) reviu, discutiu e concorda com as conclusões expressas no relatório de revisão dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013.

VALTER PATRIANI, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o n° 860.625.818-00, e portador da cédula de identidade RG n° 39.001.001-7 SSP/SP, com escritório na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua das Figueiras, n° 501, 8° andar, Bairro Jardim, CEP 09080-370, na qualidade de Diretor Vice Presidente de Produtos e Vendas da CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Santo Andre, Estado do São Paulo, na Rua das Figueiras, nº 501, 8º andar, CEP 09080-370, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 10.760.260/0001-19 e NIRE 35.300.367.596 ("Companhia"), declara, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1° do artigo 25 da Instrução CVM n° 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que juntamente com os demais diretores da Companhia (i) reviu, discutiu e concorda com as conclusões expressas no relatório de revisão dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013.

Santo André, 06 de setembro de 2013.

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Quadro de Composição de Capital